

FLÁVIO DUTRA/JU

Leis ambientais em discussão



Mineração Quatro grandes projetos de mineração estão tramitando no estado. A fim de incentivar a atividade, o governador Eduardo Leite quer simplificar a legislação ambiental. Esse afrouxamento, para ambientalistas,

potencializa os riscos de impacto. Paulo Brack, doutor em Ecologia e Recursos Naturais, alerta para a situação de enfraquecimento da fiscalização por parte da Fepam e a ingerência política a partir da fusão da SEMA com a

Infraestrutura. Já Ivam Zanette, geólogo e coordenador técnico da Sociedade de Mineradores de Areia do Rio Jacuí, discorda quanto à falta de vigilância e lembra que há controle de dragas via satélite (foto).

P8 e 9

FLÁVIO DUTRA/JU



ENTREVISTA

Resistência a ataques

Para o reitor Rui Vicente Oppermann, vivemos um “momento ao mesmo tempo estranho e desafiador”. Em um ambiente social que privilegia a informação e o debate superficiais em detrimento do conhecimento, ele diz estar sendo questionada a autoridade das instituições de ensino superior no país. Não desvinculado desse clima de descrédito, o governo adota políticas severas de cortes. Mas “as universidades sobreviveram aos regimes autoritários que sempre as elegeram como alvo principal”, argumenta Rui Oppermann.

P5

COLETIVOS

Redes de apoio e articulação

Estudantes e servidores da Universidade reúnem-se em grupos independentes para criar ambientes de escuta que promovam vivências mais solidárias. O Coletivo de Pessoas com Deficiência (PcDs) e o Coletivo de Estudantes Indígenas fomentam espaços de afirmação identitária e de articulação para reivindicar direitos. Para a servidora Mariana Baierle, que tem baixa visão, a possibilidade de perceber que outros passam por dificuldades semelhantes gera um conforto que, muitas vezes, a instituição não oferece.

P3

UFRGS

Cortes de 79 bolsas abalam pesquisa

P6 e 7

UNIVERSIDADES FEDERAIS

Mapeamento de políticas culturais

Entre as 63 universidades federais do país, pelo menos 30 possuem ou trabalham para ter uma política cultural. Dessas, 13 já publicaram as diretrizes e 17 estão em fase de implementação. O registro oficial de normas e metas para o setor pode favorecer a continuidade das atividades.



P12 e 13

Conhecimento

Artigo discute as consequências negativas do descrédito de governos à produção acadêmica **P4**

Participação

Colegiados garantem o envolvimento da sociedade na formulação de políticas públicas **P10 e 11**

FLÁVIO DUTRA/JU - SET 2017



Espaço da Reitoria

Rafael Roesler
Pró-reitor de Pesquisa

Recursos para a geração de conhecimento

Desde a fundação das primeiras universidades, essas instituições são consideradas não apenas lugares de ensino, mas especialmente as principais entidades criadoras de ciência, contribuindo para a geração de tecnologias e o desenvolvimento. Em todos os países desenvolvidos, o financiamento da pesquisa realizada nas universidades provém majoritariamente do setor público. Encontramos tecnologias surgidas a partir da ciência apoiada por verbas públicas, por exemplo, na maior parte dos medicamentos em uso na medicina e nos componentes de nossos *smartphones*.

No cenário brasileiro, as universidades públicas são as principais instituições criadoras de ciência inédita, respondendo por mais de 90% das publicações do país, bem como pela maior parte dos pedidos de patentes. Os resultados das pesquisas estão presentes em nosso sistema de saúde, na produtividade do setor agropecuário, no desempenho de empresas nacionais, na formulação de políticas públicas e no avanço das metodologias da educação básica.

A UFRGS ocupa posição de liderança no cenário científico nacional. Respondendo por

cerca de metade da produção de pesquisa no estado do Rio Grande do Sul, é a quinta instituição que mais gera ciência no Brasil, com um número aproximado de 13 mil publicações na base de dados internacional *Web of Science*. No recentemente divulgado *CWTS Ranking 2019*, a UFRGS é posicionada como a primeira universidade federal brasileira em pesquisa científica. Essa geração de conhecimento impulsiona também a criação de tecnologias e empreendimentos. A UFRGS é a oitava instituição brasileira em pedidos de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Industrial e conta hoje com dezenas de empresas nascentes de base tecnológica incubadas em seus ambientes de inovação. Com um amplo Programa de Iniciação Científica, a Universidade tem atualmente mais de 1.600 alunos de graduação bolsistas e atendeu desde 2015 mais de 8.100 graduandos com bolsas de pesquisa. As oportunidades de iniciação científica contribuem de forma crucial não apenas para a geração do conhecimento na instituição, mas também para a formação científica e profissional dos alunos.

A manutenção e o avanço da atividade científica da UFRGS dependem tanto de recursos orçamentários próprios como da captação de investimentos por parte de agências públicas. Por exemplo, os recursos para instalação e manutenção de infraestruturas institucionais que atendem a múltiplos pesquisadores são principalmente oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), enquanto grande parte das bolsas de iniciação científica é disponibilizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgãos vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Os recentes anúncios de reduções orçamentárias e a atual insegurança quanto ao futuro próximo da própria viabilidade de agências como essas representam um risco real para as atividades de formação científica e produção de conhecimento, tecnologia e inovação no país. A UFRGS está comprometida com a defesa do sistema científico brasileiro e seu orçamento, com o caminho para a prosperidade educacional, econômica e social do país.

Lugar de livro

ufrgs.br/lugardelivro

O que a UFRGS está lendo? No **Lugar de Livro**, você encontra as obras que estudantes, técnicos administrativos e professores da Universidade estão lendo. As resenhas são feitas por eles e trazem indicações de diversos gêneros publicadas por editoras universitárias, comerciais e independentes.

JORNAL DA UNIVERSIDADE | UFRGS

Carta aos leitores

Muitas vezes somos levados a crer que o questionamento ao papel da universidade é um projeto do atual governo federal, mas é preciso olhar para o contexto social mais amplo: vêm sendo postos em xeque os sistemas peritos – aqueles que têm autoridade socialmente estabelecida para nos dizer como são as coisas no mundo, como aponta o sociólogo britânico Anthony Giddens. Nesse sentido, o que ora ocupa o poder, no Brasil, é essa lógica que deslegitima a investigação, a abstração e a teorização em detrimento da experiência individual e direta. Mas, afinal, que impacto tem a instituição universitária na vida das pessoas?

A estudante de Museologia da UFRGS Maria José dos Santos Alves – *Perfil* desta edição – é um exemplo de quanto conhecimento gerado pela academia é transformador: ela foi compreendendo o quanto o racismo é elemento estruturante no Brasil. A história mostra o papel que a política de cotas e as ações afirmativas têm tido para redefinir o debate ao redor dessas questões. No Ensaio, a outorga do título de Doutora Honoris Causa a Elza Soares também realça essa mudança social: mulher, negra, cantora de música popular, ela representa um conjunto de categorias que, confluentes, tornam a concessão da honraria ainda mais potente. A história da aposentada

Zeli Pinheiro da Cruz contada no *Meu Lugar* narra o quanto o conhecimento, para ela, é uma forma de se relacionar mais plenamente com o mundo: aos 80 anos, estuda no Colégio de Aplicação e projeta logo partir para se graduar em Pedagogia.

Ao encontrar-se desafiada em seu lugar de poder, a academia busca se rever e se posicionar. Para contribuir com esse debate, trazemos uma entrevista com o reitor Rui Vicente Opperman. Ele analisa questões referentes à autonomia universitária – que considera limitada – e discute o modo de designação orçamentária pela União. O artigo da professora do Instituto de Física Márcia Barbosa se soma a essa análise com uma reflexão sobre o conhecimento como meio para se trazer à luz o que muitas vezes preferimos negar. Para ela, um diálogo mais próximo com a sociedade pode ser uma saída para se construir essa credibilidade junto à população. As Marias Josés, as Elzas e as Zelis estão aí para nos dizer o quanto isso é verdade.

A instituição universitária, ao ser ameaçada por cortes que o governo se esforça para atenuar com divisões equivocadas de bombons, deixaria de cumprir diversos de seus objetivos, já que é um bem social pertencente à sociedade brasileira e que a ela presta serviços de uma relevância difícil de mensurar. Para pensar sobre isso, fizemos um levantamento da redução

nas bolsas de pós-graduação na UFRGS. Pesquisa científica, afinal, é investimento, e qualquer nação que se pretenda desenvolvida deve buscar produzi-la em vez de comprá-la.

Na mesma linha, seguimos com a série de matérias sobre políticas culturais: ao mapearmos em que situação se encontram as 63 instituições federais de ensino superior do país, percebemos o papel fundamental que elas têm como lugares de discussão e transformação. Situada na cidade onde ocorreu um dos mais eloquentes episódios de censura à arte – o fechamento da exposição *QueerMuseu*, no Santander Cultural, em 2017 – a UFRGS ingressa nessa discussão nacional e se posiciona mais uma vez como local de intervenção sobre o mundo.

Trazemos, ainda, uma reportagem na qual pensadores da instituição analisam a flexibilização de leis ambientais e um artigo que discute as perspectivas para as eleições argentinas. Finalmente, olhamos para questões referentes à organização social por meio de instâncias de coletivização: os conselhos ligados à administração pública que o governo pretende extinguir; e os agrupamentos independentes que se formam na UFRGS de modo a organizar redes de cooperação e proteção.

Boa leitura!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farnópolis,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor Rui Vicente Opperman
Vice-reitora Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Edina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alex Nete Teixeira, Ânia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor-chefe Everton Cardoso
Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor-assistente Felipe Ewald
Repórteres Felipe Ewald, Fernanda da Costa e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira
Diagramação Carolina Konrath
Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli
Revisão Antônio Falcetta
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Carolina Pasti, Emerson Trindade Acosta, Isabel Linck Gomes e Natalia Henkin
Estagiários Karoline Costa e Mélani Ruppenthal
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 7 000 exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

[Jornaldufrgs](https://www.facebook.com/jornalufrgs)
[ufrgs.br/jornal](https://www.instagram.com/jornalufrgs)

Na contramão do isolamento

Coletivos Alunos e servidores da Universidade reúnem-se em grupos independentes para afirmar identidades e reivindicar direitos

“O coletivo é um grupo com o qual me identifico, e isso faz toda a diferença”, resume a jornalista Mariana Baierle, servidora do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFRGS, ao falar sobre o Coletivo de Pessoas com Deficiência Adriana Thoma. Mariana foi diagnosticada com retinose pigmentar, uma rara doença ocular degenerativa, e hoje tem apenas 5% da visão. Ela é a única pessoa com deficiência (PcD) no setor onde trabalha. “A possibilidade de as PcDs se encontrarem dentro da UFRGS, discutirem suas demandas e perceberem que outros passam por dificuldades semelhantes gera uma rede de apoio que, muitas vezes, institucionalmente, a gente não tem”, desabafa.

O coletivo, que se propõe a debater questões relacionadas à acessibilidade e inclusão de PcDs, reúne mensalmente estudantes e servidores da Universidade, além de pesquisadores e interessados no assunto. O nome presta homenagem à professora Adriana Thoma, que faleceu em 2018 e era referência não só no campo da Educação Especial,

mas na trajetória pessoal de Mariana. A servidora conta que, às vezes, pessoas que possuem alguma limitação podem se sentir constrangidas em pedir auxílio, pois acham que os outros não têm a obrigação de atendê-las. “A Adriana me mostrou que não era uma questão de favor, mas uma questão legal, que a UFRGS tinha de adaptar materiais didáticos para mim, que, se eu era aluna e tinha passado [na seleção] como qualquer outro, eu deveria ser atendida. Aquilo me abriu os olhos para tantas coisas!”, relembra. Para Mariana, as instituições tendem a individualizar demandas que, na verdade, são de todos – por exemplo, se um funcionário cadeirante precisa de uma rampa de acessibilidade para entrar em uma sala, outros cadeirantes também precisam.

Na visão da professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social Simone Paulon, há uma “subjetivação individualista” na qual se fundamenta o estágio avançado do capitalismo que vivemos hoje. Ela argumenta que o que se veicula em nossa sociedade é um ideal hegemônico, único, “como se houvesse um só jeito de se viver”. E a formação de coletivos, segundo ela, está na contramão dessa lógica de um modo de vida único, dominante, que é também competitivo. “Há pouco espaço para uma ética de construção de um mundo mais solidário, de relações mais próximas que se acolham e deem espaço social para que as diferenças possam ser vividas e utilizadas a favor dos sujeitos, que não pensam, não desejam nem sentem tudo do mesmo jeito”, esclarece. Para Simone, ambientes de escuta que facilitam vivências mais solidárias contrariam a experiência de solidão que o neoliberalismo constrói.

Raízes comuns – Marcos Vezolosquzi Kaingang, estudante de Direito, é integrante de um coletivo de estudantes indígenas. Ele acredita que a lógica e os princípios do grupo são os mesmos que norteiam as comunidades indígenas há séculos. “Nós somos sujeitos advindos de espaços coletivos; precisamos estar sempre juntos. O movimento estudantil indígena e o coletivo de estudantes indígenas da UFRGS estão estritamente ligados aos movimentos de base da luta indígena, e isso é fundamental.” Marcos explica que o coletivo não é desvinculado das comunidades e tampouco restringe sua atuação às demandas de dentro do ambiente universitário.

Segundo a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), estão regularmente matriculados na UFRGS 65 alunos indígenas – que ingressam por processo seletivo específico –, muitos dos quais buscam levar o conhecimento que nela adquirem de volta às suas aldeias. “As vagas são usadas para suprir uma necessidade comum, e essa lógica está no coletivo. Dar um retorno às nossas comunidades é primordial, porque elas lutaram para que a gente estivesse aqui”, acrescenta o discente.

Simone afirma que, quando as pessoas se reúnem e conversam, elas se ajudam a refletir, tornando-se menos suscetíveis à exploração e à competição. A tendência, então, é de que se tornem mais sensíveis à diferença do outro. Segundo a pesquisadora, a consolidação de coletivos fortalece a noção de um bem comum – o que não significa que todos desejem ou devam desejar o mesmo, mas que as diferenças devem ser reunidas e negociadas.

Além de funcionar como

uma rede de apoio, os coletivos também buscam dar visibilidade a seus integrantes e combater o preconceito, promovendo a conscientização da comunidade. Desde 2008, quando foi implementado o Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas (PSI) no vestibular da UFRGS, foram relatados diversos casos de hostilidade contra os novos alunos. O mais grave deles aconteceu em 2016, quando Nerlei Kaingang, aluno do curso de Medicina Veterinária, foi violentamente agredido por um grupo de homens, na Avenida João Pessoa, em frente à Casa do Estudante. Da mesma forma, estudantes e servidores com deficiência frequentemente se deparam não só com a discriminação, mas também com o despreparo de colegas para lidar com suas necessidades. Ainda recente, a reserva de vagas para PcDs no ingresso em Instituições de Ensino Superior foi instituída em 2017, atendendo à Lei n.º 13.409/2016, que alterava a Lei de Cotas e passava a incluir PcDs na cota de egressos de escola pública, junto aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Mobilização – Segundo Marínez Lorenz, servidora do Incluir – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRGS, o Coletivo de PcDs já vem se articulando desde 2017. “Tivemos dois encontros, depois algumas reuniões esporádicas, e então começou a surgir a forma do coletivo. Discutimos internamente pautas e formatos e, no ano passado, começamos a fazer os encontros”, explica.

Já o coletivo de estudantes indígenas se consolidou em 2010, com o ingresso dos primeiros alunos pelo PSI. Marcos relata que a criação do grupo se deu de maneira autônoma, motivada principalmente pelos episódios de discriminação. “A partir dessas dificuldades, todo mundo vai se reunindo e buscando formas de fazer um enfrentamento, porque a dificuldade que eu enfrento no curso de Direito é a mesma que um aluno da Educação ou da História enfrenta. Dentro da UFRGS, a gente faz essa luta de resistência para permanecer aqui, e é importante estar articulado para poder fazer isso e tentar mudar um pouco essa estrutura.” O coletivo se encontra no mínimo uma vez por mês na Casa de Estudante (CEU) da UFRGS para discutir demandas internas e externas à Universidade, além de organizar seminários, formações, rodas de conversa, oficinas de artesanato e aulas de língua kaingang.

Natalia Henkin,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



UFRGS TV

CONHECENDO A UFRGS

Pensando a sociedade

Um dos programas de pós-graduação mais antigos da Universidade e do país, o PPG em Sociologia da UFRGS, está completando 47 anos. Vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, conta com cerca de 150 alunos de mestrado e doutorado, sete linhas de pesquisa e uma publicação científica reconhecida internacionalmente: a Revista Sociologias.

“Para a nossa Universidade e para a sociedade como um todo, ele já teve um papel e continua exercendo um papel de formação contínua de profissionais que vão atuar nos mais diferentes setores”, comenta a professora Lorena Fleury.

O Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS está entre os três melhores do Brasil, recebendo o conceito máximo pela CAPES desde 2013. O PPGS procura entender como a sociedade pensa e reage sobre temas como violência, trabalho, alimentação, agricultura e clima. Seus estudantes provêm de diversas regiões do Brasil e do mundo. Mantendo acordos com diversas instituições acadêmicas nacionais e estrangeiras, seus docentes integram diversas redes internacionais de pesquisa.

“Apesar de toda a reticência que existe por parte do Estado em relação às ciências humanas, o PPGS existe fundamentalmente porque a sociedade demanda que se produzam pesquisa e conhecimento para melhorar a vida de todos”, salienta Paulo Niederle, coordenador do programa.

Daniel Baptista e Maria
Fernanda Chaves,
estudantes de Jornalismo
da UFRGS

Assista ao programa

Para saber mais sobre o Programa de Pós-graduação em Sociologia, assista ao programa Conhecendo a UFRGS, que vai ao ar no dia 20 de julho, às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA.



Da esquerda para a direita, Ronise Machado, Marínez Lorenz, Isabel Martínez, Roberta Leon e Mariana Baierle; atrás, Maicon Silva, integrantes do Coletivo de Pessoas com Deficiência Adriana Thoma



Muro grafitado no Câmpus do Vale (2008) foi coberto de tinta. Ato acirrou debates sobre danos ao patrimônio e também ações em defesa da liberdade de expressão

A autoridade do conhecimento

Marcia C. Barbosa*

A estudante de graduação comenta apreensiva com sua orientadora: “Professora, aquela pessoa ali pensa que a Terra tem somente 6.000 anos e não acredita que existiram dinossauros”. A orientadora, em tom levemente arrogante, responde: “Pouco importa o que essa pessoa pensa, a Terra continuará tendo cerca de 4,5 bilhões de anos, e os dinossauros continuarão tendo existido”. A estudante insiste: “Mas a pessoa que pensa essas inverdades é um senador da República!”. Aí a professora percebe a gravidade da situação. A cena apresentada no cartoon do desenhista americano Randall Munroe ilustra que pessoas que acreditam em inverdades não devem ser ignoradas, pois elas elegem congressistas e até mesmo presidentes. Os danos causados por seguidores das mentiras são sérios e podem reverter o progresso alcançado pela sociedade.

A cientista Jane Lubchenco conta que, ao apresentar ao congresso americano a proposta de ampliar o sistema de satélites que monitoram o clima e a previsão de tempo daquele país, ouviu um congressista dizer que os satélites não eram necessários, pois ele usava o canal do tempo (Weather Channel) para acompanhar a previsão de chuva. Esse congressista ignora que o canal do tempo usa os satélites mencionados pela pesquisadora. Ele se recusa a acreditar na cientista, pois ela traz uma mensagem que vai de encontro ao que ele deseja, uma vez que é preciso investir para monitorar o tempo e o clima.

Os filmes de desastre ilustram bem a situação. Invariavelmente iniciam com o pesquisador alertando sobre algo terrível que irá acontecer em uma determinada região se não houver uma prevenção que implique investir recursos ou abrir mão de algum prazer. Esse alerta é ignorado pelos políticos e pela popu-

lação. Eles o tomam como uma diminuição de lucros dos negócios de sua região. Prevenir desastres implica a população mudar seus hábitos. O conhecimento, por vezes, traz à luz uma verdade inconveniente.

Por que confiar nesse tal de conhecimento que pode dizer coisas chatas que ninguém quer ouvir? O site *Our World in Data*, da Universidade de Oxford, mostra que a média de vida dos europeus no final do século XVII era de 35 anos de idade e que esse valor cresceu a partir do final do século XIX, atingindo os 80 anos no século XX. A ampliação do tempo de vida dos humanos não foi um fenômeno natural. Ela se deu graças à explosão do conhecimento. A revolução industrial serviu como uma catalisadora da tecnologia, da agricultura, da saúde, da informação e da democracia.

Se o conhecimento tem esse papel transformador, por que ele não tem autoridade? Por que as pessoas não acreditam no conhecimento? Max Weber diz que a nossa sociedade identifica três formas de autoridade: a tradicional, a legal e a carismática. A primeira é fruto do respeito aos mais velhos. É a voz de mãe capaz de parar os mais audazes. A autoridade legal reside no arcabouço jurídico através do qual se estruturam as nações. As leis são obedecidas por um acordo de convivência e por medo. A terceira, a carismática, é baseada em seguir pela fé as palavras de pregadores, políticos ou malabaristas sociais – palavras estas que são repetidas sem serem alicerçadas em evidências. Weber pensava que, com o crescimento das nações, somente a autoridade legal sobreviveria. Ele estava enganado, pois o nosso mundo recentemente tem sido guiado por personagens carismáticos. O conhecimento, no entanto, não cabe em nenhuma das categorias elencadas por Weber. Ele não é tradicional ou legal ou carismático.

Por que o conhecimento precisa ser uma autoridade? Ele não deveria ser algo reproduzível, baseado em evidências, incontável para todos? Infelizmente o arcabouço científico, econômico e social ficou tão complexo que é quase impossível hoje uma pessoa de fora de uma área compreender o conhecimento da outra. Um médico não conseguiria reproduzir um experimento de ondas gravitacionais; um físico, uma análise de entrevistas sociais; ou um sociólogo, uma pesquisa sobre a validade das vacinas. A autoridade, nesse sentido, emerge, pois o conhecimento se constrói sobre evidências que são acordadas por um júri muito especial com especialistas em cada área. As vacinas têm sua efetividade testada por especialistas; por isso, sabemos que elas funcionam. Acreditamos no boson de Higgs porque foi testado por um grupo enorme de físicos no CERN.

A autoridade do conhecimento não é baseada na fé, mas na credibilidade. Para exemplificar a distinção entre fé e credibilidade, basta imaginar uma pessoa que está perdida à procura de uma determinada rua. Ela pode perguntar a um transeunte e, diante de suas indicações, seguir as instruções desse completo estranho. Este é um ato de fé, já que o estranho pode estar mentindo ou equivocando. Aliás, esse estranho não tem constância, pois pode indicar um caminho certo hoje e um equivocado amanhã. Outra alternativa para essa pessoa perdida é consultar o GPS do seu celular. O GPS tem credibilidade, pois dá o mesmo resultado, independentemente de humor ou de caprichos, pois se baseia nas evidências que constroem o conhecimento.

Como construir a autoridade do conhecimento? Um primeiro passo é arrumarmos nossa própria casa. Nossas universidades são um agregado de nações que parecem viver soberanas: a nação das artes, a das ciências

sociais, a das ciências biológicas, médicas, agrárias, exatas e tecnológicas. Cada compartimento universitário respeita a autoridade do seu conhecimento, mas não a do outro. Se verdadeiramente déssemos credibilidade ao conhecimento que geramos, teríamos uma universidade bem diferente. O ensino com aprendizagem ativa estaria presente em todos os cursos, os prédios teriam tecnologias sustentáveis, haveria exposições de arte nas engenharias e debates sobre política na física. Se a universidade acreditasse no conhecimento que produz, nossa gestão usaria ferramentas mais modernas e nossos câmpus seriam exemplos de diversidade dos estudantes à administração central. Se a universidade quer usufruir da autoridade do conhecimento, precisa construí-la em sua casa.

A academia precisa igualmente sair de sua torre encantada e construir junto à população a credibilidade. Isso se faz atuando no que sabemos melhor fazer: ensinando. Esse ensino, no entanto, deve ser bem diferente do que fazemos na maioria dos nossos cursos, pois o primeiro passo é ouvir. Ouvir é fundamental para compreender onde o outro está e com qual fundação já conta para realizar a construção. Ouvir e construir. Obviamente haverá os que nunca escutam nada além da sua própria escolha.

O caminho a trilhar pela universidade em tempos em que carismáticos desonestos usam mídias sociais para pregar a mentira conveniente não é fácil. Mas outros vieram antes de nós e garantiram nosso direito à fala. Cabe a nós garantir o direito à escuta para que a boa nova da autoridade do conhecimento se torne um instrumento para o desenvolvimento. Junt@s Podemos.

*Professora Titular do Instituto de Física da UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU



“A Universidade vai sobreviver a outro ataque, como já sobreviveu na sua história”

Everton Cardoso

Acumulando a posição de reitor da UFRGS – somada ainda a 8 anos como vice-reitor – e uma atuação junto a entidades nacionais e internacionais que congregam instituições de ensino superior, Rui Vicente Oppermann tem sido voz importante no debate de questões como a autonomia das universidades. Em entrevista exclusiva ao JU, esmiúça a questão e adverte haver ainda um caminho bastante longo até que se retome o desenvolvimento dessas que têm sido as instituições responsáveis pelo debate crítico nas sociedades ocidentais há quase um milênio.

Em que ponto está a discussão sobre a autonomia da universidade?

A autonomia está na Constituição Federal. Alguns acham que ela deve ser regulamentada, outros acham que já está dada. Mas não tem autonomia administrativa, de recursos ou patrimonial, e a autonomia acadêmica é muito frágil porque tudo o que a universidade faz e produz academicamente tem que passar pelo crivo do Ministério da Educação (MEC). Uma questão é autonomia financeira, e outra coisa é ter autonomia na gestão financeira. Autonomia financeira, por exemplo, seria que a Universidade fosse responsável por buscar seus próprios recursos. Mas a Constituição diz que nós gozaremos de autonomia da gestão financeira, cabendo ao governo federal suprir os recursos necessários para as Universidades. Então, a responsabilidade pelos recursos orçamentários é da União. A nossa responsabilidade perante a União é fazer a gestão desses recursos.

Como ocorre essa gestão?

Temos um orçamento definido pelo Congresso ao qual o governo deve se ater. Nem nesse governo, nem nos anteriores houve a liberação desse orçamento para que as universidades dele dispusessem para realizar as gestões. A maior parte das universidades públicas latino-americanas tem autonomia na gestão. A Universidade Autónoma do México (UNAN), por exemplo, vai ao governo e negocia seu orçamento anual. Esse orçamento, então, é aprovado pelo governo, que se compromete a liberar em cotas definidas pela própria universidade. E o que o governo mexicano faz? Libera as cotas. Isso seria maravilhoso no Brasil. Imagina se eu começasse o ano sabendo quanto recurso eu tenho

e onde é que eu posso aplicar esse recurso? Eu poderia pegar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS, o nosso plano de gestão, e dizer assim: em 2019, vamos priorizar a infraestrutura para as unidades acadêmicas que têm laboratórios de altíssima relevância. No outro ano, eu posso dizer: agora vamos privilegiar a extensão universitária, vamos buscar interações entre diferentes áreas, vamos poder dar à universidade a possibilidade de planejamento. Mas não adianta eu planejar qualquer coisa para 2020 se eu não tiver o recurso.

E quanto à questão patrimonial?

A autonomia para patrimônio é muito simples. Por exemplo: nós temos terrenos dos quais a universidade num futuro distante não vê uma utilização. São bens que ganhamos por doações ou coisas do gênero, e esse passivo imobiliário poderia ser trocado por obras que precisamos realizar. Mas não existe essa autonomia. Para fazer isso, temos que ir até a Casa Civil pedir licença. O argumento é que a universidade poderia se descapitalizar irresponsavelmente. Ora, isso é um argumento falacioso, porque até parece que o reitor poderia vender qualquer coisa sem ter os seus controles internos e externos.

Com a gestão acadêmica é diferente?

A matriz orçamentária da UFRGS depende do número de alunos que ela tem, do número de cursos, de cursos que têm que passar por uma fase de autorização. Não quer dizer que eu não queira que o MEC faça uma fiscalização dos cursos. Tem que fazer, assim como faz com a rede privada. Mas uma coisa é você fiscalizar, avaliar, outra coisa é autorizar. É bem diferente. Autorizar é o MEC dizer o que pode e o que

não pode. Então as universidades federais se ressentem da falta de autonomia, sim. E nós poderíamos ter uma amplitude maior de relação com a sociedade se tivéssemos essa autonomia. A universidade fica engessada na sua capacidade de interação com a sociedade, na sua capacidade de expansão, de desenvolvimento de áreas prioritárias. Não há dúvida alguma de que áreas de pesquisa poderiam ser estimuladas daqui para o futuro, mas não temos como fazer esse estímulo porque não temos autonomia para destinar recursos para essas áreas.

Especificamente com o atual governo, como tem sido esse embate?

É realmente ideológico, não há menor sombra de dúvida. Não é uma característica de gestão, de organização ou de como financiar. E isso tem ficado muito claro nas declarações tanto do presidente como da Casa Civil e do MEC ao questionarem a universidade na sua missão pública. Isso é, as universidades públicas não são tão boas como as privadas, não fazem pesquisas; a universidade está inchada, têm cursos com pouca gente e que não tem relevância social econômica para esses cursos. Estão dizendo que a Filosofia e a Sociologia não têm muita procura e consomem um monte de recursos. Primeiro que não é verdade: a Filosofia, a Sociologia e as Humanidades são as áreas menos contempladas por financiamento, por exemplo, da CAPES. Claro que é caro, mas o bem intangível que é preparar esses profissionais para a sociedade é incomensurável. Eu imagino que as universidades privadas, principalmente as mercantilistas, não vão contratar um doutor ou doutora em piano para dar aula para uma ou duas pessoas. Então como é que alguém que quer aprender piano

vai fazer isso? Vai aprender onde? Com aulas particulares? Então, novamente, vem a relevância social da universidade. Abrem-se oportunidades profissionais para segmentos sociais que de outra forma não teriam essa capacidade. Ganha a sociedade, ganha o indivíduo que se diferencia e ganha a universidade por estar cumprindo a sua missão.

Que momento vive hoje a universidade como lugar de conhecimento?

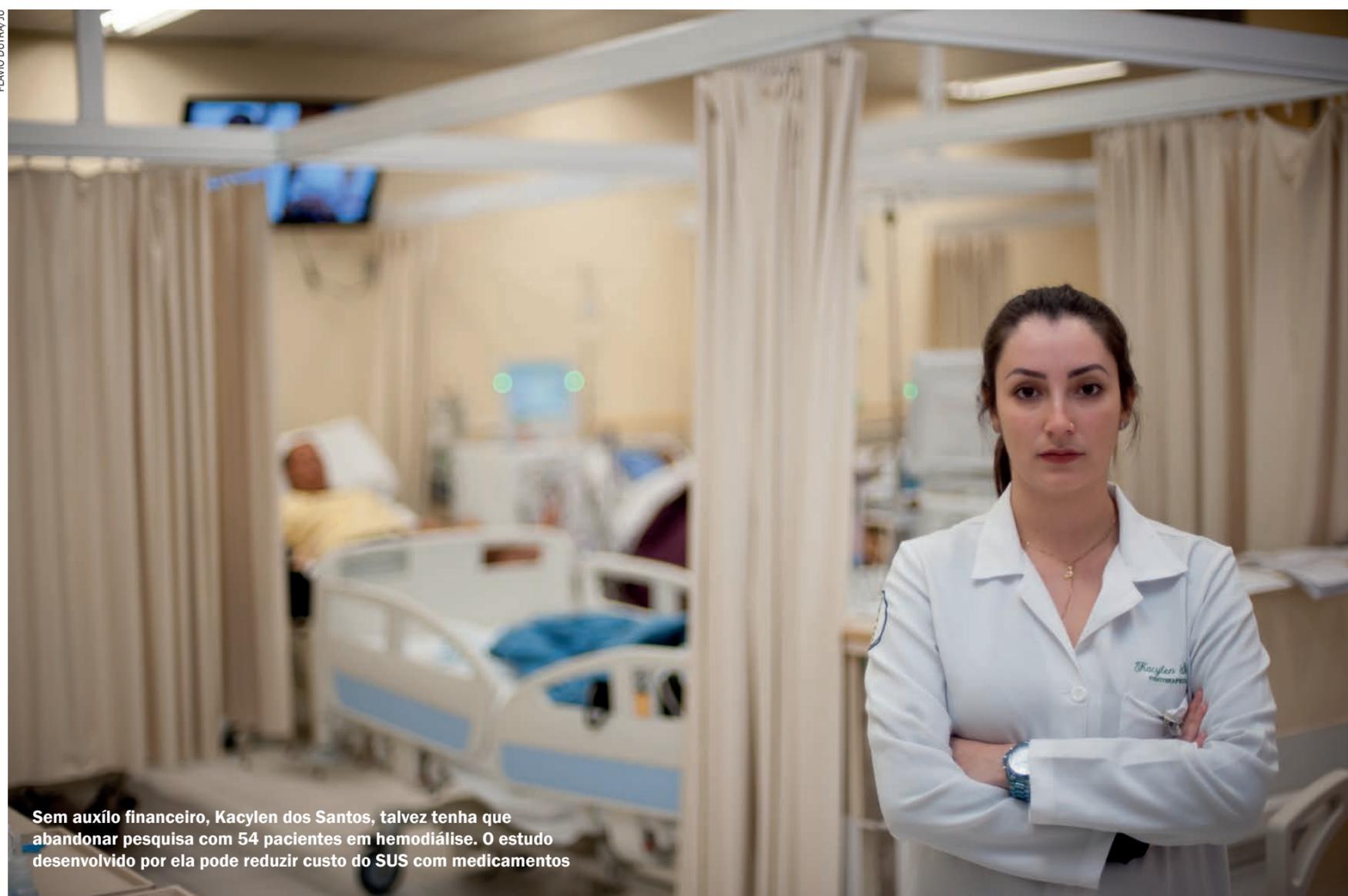
É estranho e desafiador. Tem gente que acredita no terraplanismo, tem o criacionismo... Diante disso, não podemos ficar sentados em casa confortavelmente com a nossa garantia de autoridade eterna. As universidades têm que ser questionadas na sua autoridade, se não vamos virar os árbitros do mundo. E longe de sermos isso. Eu já sou muito crítico ao cientificismo, quer dizer, as pessoas acham que a ciência explica tudo, e eu acho que não é bem assim. Nesse sentido, estamos sendo desafiados na nossa autoridade. Estamos habituados aos desafios de nossos pares, mas agora qualquer um – não é qualquer um no sentido de demérito, não –, qualquer pessoa se empodera para fazer esse questionamento porque o acesso à informação está hoje garantido universalmente. Nunca antes na história da humanidade as pessoas tiveram tanto acesso à informação. E o que está acontecendo? Nós mesmos criamos, muitas vezes, a nossa própria autoridade como detentores da informação. Hoje não é mais assim: a informação tem valor, mas ela não mais diferencia as pessoas. O que diferencia as pessoas, nesse sentido, é trazer da informação o conhecimento, que é uma coisa diferente. E ainda assim o conhecimento também pode ser obtido pela internet, a partir da educação a distância, por

exemplo. Mas do conhecimento até o saber, a sapiência, precisa-se de um professor, ainda se precisa da universidade.

Que perspectivas temos?

Sou muito otimista. As universidades sobreviveram ao feudalismo, à Idade Média, ao Renascimento, às monarquias absolutistas, à escravidão, ao capitalismo, ao comunismo, aos regimes autoritários de esquerda, de direita, que sempre primeiro elegeram a universidade como alvo principal. Isso porque a universidade é o local onde a crítica é exercida de forma mais completa. A universidade, para os regimes autoritários, sempre será uma ameaça. A UFRGS, particularmente, com seus 85 anos, é uma universidade que tem uma história muito bonita, muito rica, muito produtiva. Universidades de Porto Rico e Peru têm 300, 400 anos, e nós hoje estamos à frente em muitos aspectos, seja na formação de recursos humanos, seja na pesquisa, na extensão. E isso só pode ser justificado pelo compromisso que os professores, os técnicos, os estudantes e a comunidade em geral têm para com essa missão da universidade. Então, esse contingenciamento não vai acabar com a universidade, porque ela vai sobreviver a outro ataque como já sobreviveu na sua história a ataques semelhantes de mesma natureza ou até piores. Nós tivemos na ditadura expurgos, quer dizer, as pessoas aqui foram perseguidas, presas, aposentadas, algumas desaparecidas. E nós nunca nos sentimos a ponto de achar que iríamos acabar. Muito pelo contrário, saímos dali mais fortes, mais unidos para construir essa que é uma belíssima universidade.

*Colaborou Carolina Pasti



Sem auxílio financeiro, Kacylen dos Santos, talvez tenha que abandonar pesquisa com 54 pacientes em hemodiálise. O estudo desenvolvido por ela pode reduzir custo do SUS com medicamentos

UFRGS perde 79 bolsas de pesquisa após cortes da Capes

Ciência Pró-reitoria de Pós-graduação enviou ofício ao órgão com pedido de devolução dos benefícios que contemplariam novos alunos

Fernanda da Costa*
Natalia Henkin**

Selecionada para iniciar um doutorado em Ciências Pneumológicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em novembro de 2018, a fisioterapeuta Kacylen Costa da Silva dos Santos, 27 anos, está em um limbo. Começou a trabalhar na pesquisa um mês depois da seleção, mas ainda não recebeu a bolsa que foi oferecida em troca da dedicação exclusiva. “Eu iniciaria sem, e era para ela vir este ano, mas não veio. Não existe mais. O próximo passo seria aguardar algum aluno sair e liberar outra bolsa, o que talvez não aconteça, porque também pode ser cortada. É possível que eu nem chegue a receber”, desabafa.

O Programa de Pós-graduação (PPG) em Ciências Pneumológicas perdeu 16 de suas 24 bolsas após a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciar, no

dia 3 de junho, que cursos com nota 3 na Avaliação Trienal 2013 e na Avaliação Quadrienal 2017, ambas feitas pelo órgão, ou com nota 4 na primeira avaliação e nota 3 na segunda, teriam 70% das bolsas “congeladas”. A escala de notas do órgão vai de 3 a 7.

Ao todo, 79 bolsas de pesquisa para mestrado, doutorado e pós-doutorado foram retiradas da UFRGS entre maio e junho deste ano. Além disso, outros auxílios devem ser cortados assim que os alunos que atualmente os recebem concluírem os trabalhos. A medida, segundo a Universidade, pode representar o fechamento de alguns programas de pós-graduação no futuro. Isso porque o corte da Capes não afetou os benefícios com pesquisas em andamento, mas mudou o status de alguns deles no sistema. Antes, as bolsas eram dos próprios PPGs, agora, estão diretamente vinculadas aos alunos como um “empréstimo”. A mudança indica que, quando eles concluírem a pós-graduação, os

auxílios devem ser extintos.

Coordenador do PPG em Ciências Pneumológicas, o professor Paulo de Tarso Roth Dalcin conta que, nos últimos anos, o programa passou por uma renovação que incluiu a aposentadoria de antigos professores e a incorporação de novos profissionais, que vinham de áreas como Fisioterapia, Educação Física e Nutrição, assumindo um caráter multidisciplinar. Paulo afirma que, por serem novos, esses pesquisadores demoram mais para produzir, o que pode ter contribuído para a queda da nota de 4 em 2013 para 3 em 2017. Outro fator que dificulta a ascensão do programa na avaliação, segundo o professor, é a métrica da Capes. Conforme Paulo, o PPG de Ciências Pneumológicas está classificado como Medicina 1, ao lado da Cardiologia, da Endocrinologia e de outros cursos cujos periódicos têm um fator de impacto muito mais alto. Assim, é comum que as publicações da Pneumologia acabem em

periódicos de fator proporcionalmente mais baixo com relação a outros programas com a mesma métrica de avaliação. “Às vezes, olhando o produto bruto, o nosso PPG tinha mais produção do que outras áreas em que capítulos de livros e publicações nacionais são valorizados. Por exemplo, uma publicação em um periódico nosso, do Hospital de Clínicas, não vale nada. Não pontua nada. Algumas publicações em periódicos nacionais também não. Às vezes, parece que aquele pessoal das Ciências Pneumológicas não faz nada e, por isso, caiu para nota 3”, lamenta.

Projetos ameaçados – Aluna destaque do PPG, Kacylen desenvolveu um projeto de pesquisa para tentar ingresso no mestrado, mas foi aconselhada a ir direto para o doutorado, pois tinha um trabalho de grande impacto e currículo com alta pontuação científica, conquistada com publicações e participações em

projetos de extensão. Ela propõe uma análise dos efeitos que a prática de exercícios aeróbicos e de força tem na saúde de pacientes com doença renal crônica em hemodiálise. De acordo com a doutoranda, tanto a doença quanto o tratamento acabam gerando um declínio funcional do organismo, seja pelo desgaste físico ou por doenças decorrentes. Os pacientes fazem hemodiálise três vezes na semana, por quatro horas, e têm níveis de sedentarismo muito grandes, o que aumenta em 62% o risco de morte. “Eles têm uma alta taxa de mortalidade por eventos cardiovasculares. Já é sabido que o exercício físico tem vários efeitos no corpo, não só na parte cardiorrespiratória ou de força muscular, mas também metabólicos no sangue e na pressão, além de desempenhar uma função anti-inflamatória. É uma série de benefícios”, relata.

O interesse de Kacylen pela carreira acadêmica surgiu ainda na graduação. No sétimo se-



mestre da faculdade, foi bolsista de Iniciação Científica em um grupo de pesquisa vinculado ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). “A partir de então, despertou a vontade de fazer mestrado e doutorado, mas por um tempo eu tive que parar, porque tive um filho logo depois da formatura. Quando ele já estava um pouco maior, procurei a minha orientadora”, relata a fisioterapeuta. Com a pesquisa, ela espera reduzir o custo para o Sistema Único de Saúde (SUS), já que propõe um tratamento por meio de exercícios, e não de medicamentos, e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. “É uma pesquisa bem promissora, porque tem pouquíssimas evidências relacionadas ao exercício. Então, é uma contribuição muito grande, até mesmo para mostrar a importância do fisioterapeuta dentro do centro de hemodiálise. Todo mundo ganha: os pacientes, o SUS e o governo.”

Apesar da relevância da pesquisa, Kacelyn não acredita que seja possível prosseguir sem auxílio financeiro. “Está bem complicado. Eu sigo trabalhando, mas é difícil sobreviver me dedicando exclusivamente à pesquisa sem ter alguma renda. Por enquanto, meu esposo tem nos mantido, mas está ficando cada vez mais difícil. É uma questão de sobrevivência: ou tu paga as contas, ou tu faz o doutorado. Em função do nosso filho, que exige um custo maior, não tem como manter isso por quatro anos, é inviável. Não vejo alternativa além de parar”, lastima.

Elitização – A situação da doutoranda é um exemplo do que vivem muitos alunos afetados pelo último corte. Coordenador da Associação de Pós-graduandos da UFRGS (APG), Rodrigo Fuscaldão afirma que a medida da Capes vai elitizar e centralizar o público dos mestrados, doutorados e pós-doutorados no país. “A gente vê a pós-graduação como um trabalho. São os alunos que coletam e analisam os dados. O professor não faz o dia a dia. Nós somos cientistas. E temos que pagar aluguel, alimentação e transporte. A bolsa é o nosso meio de sobrevivência”, relata. A redução no número de auxílios, conforme o acadêmico, vai afastar as pessoas que não têm dinheiro para se manter durante o período de pesquisa, o que afetará principalmente aqueles sem família na capital. “A bolsa tem um valor sem reajuste há anos – de 1.500 reais para mestrado e 2.200 reais para doutorado –, mas paga nossos gastos. A maioria das pessoas realmente necessita dessas bolsas”, completa.

No caso de Kacelyn, o auxílio serviria para cobrir os custos com a supervisão e avaliação dos pacientes, que são feitas por telefone e pessoalmente nos três centros onde eles realizam o tratamento: a Clínica Vita Rim e os hospitais de Clínicas e Divina Providência. “O cálculo amostral é de 54 pacientes, o que é bem considerável. Exige muito de mim, e eu tenho esses gastos. Sem contar as

aulas, que são um turno a mais em que tenho que ir ao Clínicas. Não tem como conciliar outro emprego com um trabalho como esse”, afirma.

Retrocessos – Por causa desse cenário, o pró-reitor de Pós-graduação da UFRGS, Celso Giannetti Loureiro Chaves, afirma que os cortes trarão um prejuízo social para o país. “A bolsa não é um presente, é um fator social. Os cortes afetarão a entrada dos alunos na pós-graduação. E eu nem falo do custo científico. O científico é inviabilizado pela própria forma como o social foi tratado”, afirma. Ainda segundo ele, a redução em mais da metade das bolsas dos cursos nota 3, que ocorrerá à medida que os atuais alunos concluírem as pesquisas, poderá representar o fechamento desses programas. “Se não há como recompor o corpo docente, pode ser que o corpo docente fique subaproveitado”, alerta.

Sobre a consequência dos cortes, Kacelyn acredita que será um retrocesso para o Brasil. “A única coisa que eu consigo concluir é que eles não querem educação, não querem ensino e não querem que as pessoas tenham um certo grau de entendimento e de cultura para não enxergarem tudo o que eles estão fazendo de ruim para o nosso país. Na área da saúde, e acredito que nas outras também, sem pesquisa não existe nada. Não existe medicação, tratamento, descoberta, nada”, critica a doutoranda.

No ofício que a Capes enviou às universidades para comunicar o segundo corte, informou também que os cursos na região Norte e nos estados do Maranhão e do Mato Grosso não perderão 70% das bolsas, mas 35%. Em resposta ao JU, por e-mail, o órgão afirmou que o objetivo da diferenciação é “resguardar a política de redução de assimetrias regionais”, contemplando “cursos ofertados por instituições localizadas na Amazônia Legal”. Mesmo assim, a presidente da Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Ermelinda Pataca, afirma que a decisão não leva em conta as disparidades de desenvolvimento regional entre universidades que ficam nas capitais daquelas que estão em regiões menos desenvolvidas, às vezes no mesmo estado. Além disso, segundo ela, cursos no Nordeste sofrerão os mesmos cortes que os de São Paulo, o que contribuirá para aumentar ainda mais a desigualdade. “Em regiões muito desfavorecidas, o impacto é maior ainda. Não dá para a gente comparar um programa que é nota 5 no Sudeste com um programa nota 3 no Nordeste”, argumenta. A Capes informou, por e-mail, que “o critério foi estabelecido com o propósito de alinhar a concessão de bolsas no país à avaliação periódica”, preservando “os cursos mais bem avaliados nos últimos 10 anos”.

Universidade pede devolução das bolsas

Em relação ao primeiro corte, a UFRGS solicitou a reposição das bolsas à Capes. Alegando ter sofrido um “contingenciamento”, resultado do “bloqueio de dotações orçamentárias imposto pelo Ministério da Economia ao Ministério da Educação”, o órgão enviou, no dia 08 de maio, um ofício às universidades, afirmando que a Diretoria Executiva havia decidido em reunião, cinco dias antes, “recolher as bolsas e taxas escolares não utilizadas” em abril. No mesmo documento, a Capes justificou que a medida tinha como objetivo “garantir o pagamento de todos os bolsistas” já cadastrados.

Antes do comunicado oficial, a Pró-reitoria de Pós-graduação (PROPG) da UFRGS já havia tentado incluir novos pesquisadores, mas notou que as vagas não estavam mais na rede da Capes. “Não houve discussão preliminar. O sistema foi aberto para colocar as bolsas, mas elas tinham sumido. Foi assim que nós ficamos sabendo”, relata o pró-reitor da área Celso Giannetti Loureiro Chaves. Segundo ele, o sistema da Capes abre mensalmente para que as instituições de ensino possam cadastrar novos estudantes no dia 1.º ou 2 e fecha entre os dias 15 e 18. Após esse prazo, a rede permanece fechada, sendo aberta novamente apenas no mês seguinte.

Essa explicação sobre o funcionamento do sistema, conforme o pró-reitor, é essencial para que a sociedade entenda que as bolsas perdidas pela universidade não estavam “ociosas”. O termo foi usado pela Capes em uma matéria publicada no próprio site um dia depois do comunicado de recolhimento das bolsas e provocou descontentamento em professores e pesquisadores. Isso porque, no ofício de maio, o órgão havia informado a retirada de benefícios que não foram utilizados em abril. “Pode até ser que algumas estivessem ociosas por dois meses, mas, aqui, a maioria dos casos é de bolsas vagas pela titulação que seriam dadas a novos alunos. É uma equação que não fecha. Como uma bolsa está ociosa quando o sistema está fechado para que seja preenchida?”, argumenta o pró-reitor. Ele também afirma que, na UFRGS, muitos dos auxílios retirados tinham alunos formalmente aprovados em processos seletivos que estavam esperando apenas a abertura do sistema para serem cadastrados.

Com nota 5 na avaliação da Capes, o PPG em Enfermagem foi o que teve a maior redução percentual no número de bolsas após o primeiro corte, por causa do número de alunos que haviam concluído as pesquisas. Antes da medida, o programa tinha 33 bolsas, mas perdeu 6, o que corresponde a 18%. “Quando os alunos que são bolsistas concluem a dissertação ou a tese, é claro que aquela bolsa fica parada, porque em junho vamos ter o processo seletivo”, reclama a coordenadora Miriam de Abreu Almeida. Se o corte tivesse sido anunciado em outro mês, as bolsas não teriam sido recolhidas. “Peguei (o curso) bem no momento de finalização”, completa a professora. É por causa de casos como esse que a PROPG resolveu encaminhar um ofício à Capes no dia 22 de maio. “Solicitamos a devolução das bolsas que iriam ser repassadas a novos alunos nos cursos com avaliação 5, 4 e 3. A correspondência foi recebida, mas ainda estamos aguardando uma decisão”, completa Celso.

Sem debate – Presidente da Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Ermelinda Pataca afirma que o ideal seria comunicar que essas bolsas estavam “em transição” de um aluno para outro. “O problema maior desses cortes foi a falta de discussão. Não foi planejado, foi de surpresa. Foi anunciado um corte, depois foi anunciado um segundo, foi muito abrupto”, critica. Ao JU, a Capes declarou, por e-mail, que “não trabalha com o conceito de bolsas em transição, uma vez que é possível, com o término do prazo de um bolsista, finalizar a bolsa e incluir um novo aluno sem que haja intervalos de meses em que a cota fique sem preenchimento”. Para isso, conforme o órgão, “é necessário que as próprias instituições se organizem internamente, já que não cabe à Capes acompanhar o andamento dos editais das instituições de ensino ou a previsão de defesa dos discentes”. Como em abril houve a abertura do sistema para inclusão de bolsistas, ainda segundo a Coordenação, “após a geração da folha de pagamento foi verificado o quantitativo de cotas não preenchidas e, portanto, consideradas ociosas”.

Outro aspecto que desagradou os pesquisadores foi o fato de a Capes ter incluído, no primeiro recolhimento, as bolsas do Programa de Excelência Acadêmica (Proex), que contemplam os cursos avaliados com notas máximas pelo órgão (6 e 7). A notícia repercutiu negativamente e, um dia depois, o órgão anunciou que essas bolsas seriam devolvidas. Com isso, 1,2 mil dos 4,7 mil benefícios retirados inicialmente retornaram às universidades. “Por serem considerados programas de excelência, optou-se por retirá-los do congelamento inicial, sendo que novas estratégias foram estabelecidas para que o contingenciamento fosse cumprido”, segue a Capes por e-mail, referindo-se ao segundo corte. Na UFRGS, dos 82 programas de pós-graduação acadêmica avaliados pela Capes, 38 têm notas 6 ou 7, o que corresponde a 46% do total. Entre eles, estão cursos que haviam perdido mais de dez bolsas, como Bioquímica (15), Computação (21), Física (10), Genética e Biologia Molecular (10) e Química (12), todos avaliados com conceito 7.

Outros 34 cursos têm notas 5 ou 4, o que representa 42% do total de PPGs, e pelo menos 16 deles perderam bolsas no primeiro corte. Entre eles estão Ciências dos Materiais, que teve 6 dos 45 benefícios retirados; Saúde da Criança e do Adolescente, que perdeu 5 dos 38 auxílios; e Microeletrônica, que teve 5 das 39 bolsas retiradas. Nota 5, todos esses cursos perderam 13% dos benefícios. Nesse grupo também está o PPG de Biologia Animal, que teve 8, dos 75 auxílios, perdidos, o equivalente a 10%.

Entre os 10 cursos nota 3 (12% do total de PPGs), o que inclui cursos novos, 3 se enquadram no critério do segundo corte: Ciências Pneumológicas; Medicina Animal: Equinos; e Medicina: Ciências Cirúrgicas. Todos tiveram nota 3 apenas na última avaliação, em 2017, e nota 4 na penúltima, em 2013. Juntos, esses cursos perderam 26 das 40 bolsas que tinham.

Em relação às mais de 3 mil bolsas que possui, a UFRGS perdeu cerca de 2%. O impacto foi menor do que a média nacional porque, entre outros fatores, quase metade dos PPGs da instituição têm notas máximas, 6 e 7, e tiveram os auxílios devolvidos. No país, conforme a Capes, “os dois congelamentos somados atingiram cerca de 6%” dos mais de 98 mil benefícios. O órgão ressalta, porém, que todos os pesquisadores cadastrados permaneceram com as bolsas e, por isso, “a dedicação exclusiva para tais bolsistas não teve alteração, bem como a respectiva produtividade esperada tanto em qualidade quanto em volume”.

*Repórter

**Estudante do 8.º semestre de Jornalismo da UFRGS

Decisões perigosas

Meio ambiente Projetos megaextrativistas de mineradoras podem gerar impactos nas águas do estado

Apesar de o Rio Grande do Sul não ter um intenso histórico de mineração, como Pará ou Minas Gerais, há neste momento quatro grandes projetos em tramitação que visam se estabelecer no estado para mudar esse paradigma. Os empreendimentos, quando implementados, se localizarão em Lavras do Sul, São José do Norte, Caçapava do Sul e Charqueadas. Os três últimos estão próximos a recursos hídricos adjacentes à região metropolitana de Porto Alegre: lagoa dos Patos, rio Camaquã e rio Jacuí.

De acordo com o professor Antonio Pedro Viero, do Departamento de Mineralogia e Petrologia da UFRGS, a mineração no estado gira em torno de recursos minerais utilizados diretamente na construção civil e agregados: areia, brita, saibro, calcário, carvão. “Não é um setor muito forte da economia do Rio Grande do Sul, mas tem potencial”, acrescenta.

Em 2018, ocorreu a publicação do decreto federal n.º 9.587, que modificou o Código de Mineração.

A justificativa foi desburocratizar e reduzir incertezas, estimulando a atividade no país ao trazer maior segurança jurídica. O problema é que a mineração é uma atividade que gera impactos ambientais. Em função da posição relativa dessa atividade na produção econômica nacional e de um controle mais frouxo, essa degradação é possivelmente maior no Brasil.

Paulo Brack, professor do Instituto de Biociências, argumenta que, apesar de haver fiscalização, ela é ineficiente. “No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Fepam está enfraquecida: muitos técnicos já se aposentaram e existe uma ingerência política a partir da fusão da Secretaria de Meio Ambiente com a de Infraestrutura. A independência da Secretaria do Meio Ambiente é necessária para que ela possa não sofrer pressão interna para fazer uma boa análise.”

Já Ivam Zanette, geólogo e coordenador técnico da Sociedade de Mineradores de Areia do Rio Jacuí (SMARJA), discorda. Para ele, há intensa fiscalização por parte dos órgãos públicos. O especialista também revela que, além disso, cada empresa da associação conta com um monitoramento remoto, uma vez que o controle de dragas é feito via satélite. A extração ocorre desde 1992 no rio Jacuí, entre São Jerônimo e Triunfo, em uma área com cerca de dois mil hectares.

Com o objetivo de movimentar a economia do estado, o governador Eduardo Leite já declarou que pretende simplificar a legislação ambiental e, assim, incentivar a ati-

vidade de mineração. Paulo Brack, no entanto, adverte: “A situação do meio ambiente está dramática: entre os dez rios mais poluídos no Brasil, três estão no Rio Grande do Sul. São o Gravataí, o Sinos e o Caí. É algo muito grave, e nós não temos política nenhuma em relação a isso”.

Carvão – Em Charqueadas, a Copelmi Mineração, maior grupo privado de exploração de carvão no país, pretende instalar a Mina Guaíba. Com investimento chinês e norte-americano, deseja extrair 166 milhões de toneladas de carvão mineral, além de areia e cascalho, de uma área junto ao rio Jacuí.

O projeto prevê que a área de quatro mil hectares entre os municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul seja transformada na maior mina de carvão do Brasil. Paulo Brack questiona: “Nós vamos resgatar um combustível que já está sendo abandonado pelo resto do mundo. O Brasil é signatário de acordos que promovem a redução de combustíveis fósseis. Estamos numa perspectiva de um combustível do século passado”. Além disso, a Mina Guaíba, que já está em processo de licenciamento ambiental, pode colocar em risco o abastecimento de água

de 4 milhões de habitantes da região metropolitana: o empreendimento pretende se instalar a 1,5 km do rio Jacuí – responsável por 80% da água que chega ao lago Guaíba. O projeto também se localiza a 500 metros do Parque Estadual Delta do Jacuí e a 240 metros de uma área de preservação ambiental. A Copelmi, porém, garante que as novas tecnologias de extração eliminam as chances de contaminação do solo ou da água.

Já o professor do Departamento de Mineralogia e Petrologia Antonio Pedro Viero avalia que a mineração de carvão pode gerar impactos nos recursos hídricos por causa da acidificação da água. Guilherme Fernandes Marques, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), alerta, por sua vez, que o rio tem sua própria dinâmica, com ciclos de vazão baixa e alta, por exemplo. Por isso, ele se posiciona: “É preciso conhecer o recurso hídrico muito bem para saber dosar a intervenção. No momento em que há um escavamento artificial, muda-se a morfologia e o escoamento. Se a gente excede a capacidade de suporte ambiental, o serviço ecossistêmico pode ser perdido – e hoje ele é muito valioso”.

O docente acrescenta que, em relação à Mina Guaíba, é preciso

haver soluções que deem mais flexibilidade para uma maior capacidade de adaptação futura. “Na região, dois dos três rios já estão comprometidos. A presença de um oleoduto no rio Gravataí e uma refinaria no rio dos Sinos são elementos que oferecem risco tecnológico. Então vai se usar o último rio que não sofreu impacto algum? Não é uma boa solução”, esclarece. “Ela chegou por último, e podemos correr o risco de ficarmos até sem água”, emenda.

Impactos na população – O projeto da Copelmi implica a remoção do assentamento Apolônio de Carvalho, a segunda maior unidade produtora de arroz orgânico do estado. A comunidade é composta por 72 famílias de agricultores em 700 hectares de cultivo de arroz, além da produção de hortaliças. O impacto ainda se estende a um loteamento urbano, o Guaíba City.

Marcelo Paiakan, agricultor assentado, se pergunta para onde terá que ir. “Não queremos sair do local em que vivemos, que é próximo à capital, onde a gente vende arroz e verduras.” João Francisco Cardoso, vereador do PT de Eldorado do Sul, complementa: “O assentamento está sendo ameaçado psicologicamente



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU



Ivam Zanette, geólogo da SMARJA, monitora dragas de extração de areia em posto flutuante no rio Jacuí



FLAVIO DUTRA/JU

Draga em atividade no Rio Jacuí, entre São Jerônimo e Triunfo, no interior do estado. A água coletada com a areia é despejada novamente no rio

depois que surgiu esse assunto. As pessoas estão com baixa autoestima por causa de um futuro incerto”.

A pesquisa mineral na área iniciou no final da década de 1970. Em 2014 foi aberto o processo ambiental na Fepam e em 2018 foi protocolado o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima). O assentado João Francisco Cardoso, porém, reclama: “Os prejuízos a terceiros não estão nesse relatório. E não serão pagos por quem está explorando o carvão na região”. “A vida e as pessoas têm que estar em primeiro lugar”, desabafa.

Ivam Zanette, técnico da SMARJA, que explora areia na área, prevê impactos também para a empresa em que trabalha: “A Copelmi não vai ter custo para minerar areia, já que faz parte da mineração do carvão. Por isso, vai gerar desemprego – ou, na melhor das hipóteses, deslocar emprego –, e vai haver um monopólio, porque vão poder vender por menor preço”. Além disso, destaca, “a mineradora irá utilizar o modal rodoviário em lugar do que usamos, que é o hidroviário – bem mais sustentável”.

Titânio e zircônio – Em São José do Norte, na região do Retiro, a em-

presa Rio Grande Mineração (RGM) desenvolve um projeto para extrair titânio e zircônio. O empreendimento planeja explorar cerca de 600 mil toneladas de minerais pesados em uma faixa de terra de 30 quilômetros de extensão, entre a lagoa dos Patos e o oceano Atlântico. A iniciativa data da década de 1990, quando teve início a pesquisa mineral. Em 2017, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu a licença prévia.

Paulo Brack denuncia que, apesar de São José do Norte ter duas áreas prioritárias para a biodiversidade entre as 900 mapeadas em todo o Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente em 2007, não houve nenhuma menção a elas no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) apresentado em 2014. “Existe um imediatismo, uma cegueira econômica por competir que abstraíu os problemas ambientais para fazer um crescimento econômico que é de curto prazo”, reflete.

A mina poderá impactar diretamente em quem depende da água, como pescadores e agricultores. Zênobio Gautério, trabalhador rural da localidade do Saraiva, traz uma possibilidade: “Quando o consumidor

souber que a cebola é colhida numa área de mineração, vai desconfiar que tem algum material pesado e vai buscá-la em outro lugar”. Flavio Machado, também agricultor da região, acrescenta: “Produzimos 80% da alimentação que consumimos. A mineração vai interferir muito na nossa forma de vida”.

Em nota, a RGM comenta que “foi instalada uma rede com mais de 50 poços de monitoramento ao longo da área e os dados estudados não indicam impacto significativo do processo no aquífero local”. A empresa também garante que não contribuirá com poluição hídrica.

A céu aberto – Às margens do rio Camaquã, em Caçapava do Sul, há outro projeto de mineração para o estado. A empresa Nexa Resources, multinacional do Grupo Votorantim Metais Holding, busca autorização para extrair zinco, chumbo e cobre de uma mina a céu aberto. O projeto teve suas pesquisas iniciadas ainda na década de 1970, sendo intensificadas a partir de 2009, conforme Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) apresentado em 2016. A área, com cerca de 388 hectares, está localizada no Passo do Caçõ.

A mina que a empresa quer explorar está a 800 metros do rio Camaquã e, por isso, a estimativa é de que, a cada hora, a mineradora utilizará 150 mil litros do corpo d’água. De acordo com a Nexa Resources, “o projeto contempla um sistema de tratamento e recirculação de 100% da água utilizada na planta industrial”. A região do Alto Camaquã tem como base econômica a pecuária desenvolvida de forma sustentável através de técnicas não invasivas. É um arranjo produtivo local de ovinos e turismo em sistema de rede, com 25 associações comunitárias que congregam centenas de famílias da região.

Na perspectiva da pecuarista Angela Marcia Colares, coordenadora do grupo União pela Preservação do rio Camaquã, com o empreendimento da Nexa Resources, a pecuária será inviabilizada. Produtos como carne, mel, leite, queijo, lã e doces podem ficar contaminados por chumbo e outros materiais tóxicos, tornando-se impróprios para o consumo. Apesar de a empresa afirmar que “o empreendimento não prevê qualquer tipo de descarte no rio Camaquã e nos seus afluentes”, o professor do Instituto de Geociências Antonio Pedro Viero explica que em minas de minério sulfetado há potencial de geração de drenagem ácida nas pilhas de rejeitos.

Paulo Brack aponta que “o projeto está localizado numa área de extrema importância de biodiversidade, com uma quantidade muito grande de espécies endêmicas e ameaçadas”. Angela Marcia Colares emenda: “É a região mais preserva-

da do bioma Pampa, com mais de 80% da cobertura vegetal original”. Por isso, para ambos, a área deveria preservar a vocação da pecuária e do turismo. A pecuarista arremata: “Não existe como compensar a destruição da vida, da saúde, do meio ambiente e da cultura do pampa gaúcho”.

Alternativas – Antonio Pedro Viero avalia que, para dizer não à mineração, teríamos que abrir mão de produtos que dependem dela. “De algum lugar vêm os minérios. E, se não minerar aqui, vai se minerar em outro local”. Sendo assim, para ele, é preciso minerar. “Não dá para pensar em uma sociedade hoje sem mineração. Tudo tem mineração. Mas ela pode ser feita de um jeito que o impacto possa ser minimizado – zerado, jamais”, esclarece. “Enquanto o consumo continuar do jeito que é, a mineração é necessária”, justifica-se.

Guilherme Fernandes Marques reflete: “A gente precisa do empreendimento para gerar emprego, riquezas, mas não podemos comprometer o meio ambiente”. Nesse sentido, Paulo lembra que 90% de produtos que contêm metais não são reciclados e vão diretamente para lixões ou aterros sanitários. “Isso faz com que você tenha que expandir a mineração cada vez mais pela ausência de reciclagem”, finaliza.

Carolina Pastl, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da UFRGS



FOTOS: ARQUIVO DO ASSENTAMENTO APOLÔNIO DE CARVALHO

Dirceu Meneg Bordin, agricultor assentado de Eldorado do Sul, pode ter suas plantações prejudicadas caso a Mina Guaíba se instale na região

Conselhos trabalham para atender demandas sociais

Participação
Boa parte das políticas públicas deve passar pela aprovação dos órgãos colegiados, em busca de maior debate popular

Samantha Klein

Militante de movimentos negros, Letícia Fagundes diz que foi natural se tornar integrante do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre. Eleita pelo Orçamento Participativo na região Leste da cidade, ela faz parte da mesa diretora como representante da mulher negra. Mais que isso, ela é apaixonada pela cultura desde criança por influência do pai, conhecido como Zimba, que

sempre trabalhou com o universo cultural, ainda antes de ingressar no serviço público como técnico de cultura. “Meus irmãos, minha mãe e eu sempre fomos incentivados a participar, a acompanhar a cena musical e teatral da cidade.”

A conselheira destaca que a cultura colabora para a transformação da realidade social. “O processo de participar do Conselho de Cultura demonstra representatividade da comunidade e pertencimento à região. Pessoalmente, gosto de atuar para que ele seja um mecanismo de transformação da humanidade e da comunidade ao proporcionar cultura às pessoas de todos os lugares. Sou de uma região periférica, onde há um grau elevado de assassinato de jovens negros e de mulheres pobres vítimas do feminicídio, e acredito que a educação e a cultura são as únicas alternativas para que essas pessoas tenham uma visão melhor do mundo, para que se tornem cidadãos capazes de transformar suas próprias realidades”, sustenta.

Na concepção de Letícia, o processo de participação se

faz por meio da presença em todas as instâncias possíveis de opinião e consulta pública. No Conselho Municipal de Cultura, ela encontrou um caminho para demandas que são dela, da comunidade onde vive e da cidade como um todo. Claro, diz a conselheira, nem tudo funciona, nem todos os assuntos de interesse da população chegam às reuniões do colegiado. “Porém, deveriam chegar.”

Entre os mecanismos de consulta à população no regime democrático brasileiro – para além do voto, de referendos e de projetos de lei de iniciativa popular –, situam-se os conselhos de políticas públicas – municipais, estaduais e federais –, que podem ser consultivos ou deliberativos. Esses órgãos colegiados são responsáveis por levantar interesses sociais que nem sempre são captados pelos gestores públicos. “As experiências participativas brasileiras têm sido reconhecidas e premiadas há diversos anos. São formas de democratizar as decisões para que não somente poucos tenham acesso à tomada de decisões governamentais. Os conselhos são importantes porque englobam a diversidade racial e cultural nas políticas públicas”, ressalta o professor do Departamento de Sociologia da UFRGS, Marcelo Kunrath.

Recentemente, o governo federal iniciou um processo de esvaziamento ou extinção de conselhos sob o argumento de serem excessivos em número Brasil a fora. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), por exemplo, chegou a ser anulado por meio de medida provisória assinada pelo presidente da República. A MP 870, que reestruturou os ministérios, colocou entre as competências do Ministério da Cidadania, comandado pelo ministro Osmar Terra, a responsabilidade pela política nacional de segurança alimentar e nutricional.

Funcionamento – Cada conselho funciona conforme a legislação que o instituiu. No caso dos conselhos de Saúde, por exemplo, eles são imprescindíveis para o recebimento de recursos do Ministério da Saúde. Os colegiados têm composição democrática, formada pela sociedade civil, para entidades de trabalhadores, representantes do governo, de usuários e de movimentos sociais.

Os conselhos citados pela Constituição – como os de

Educação, Saúde e Assistência Social – são Conselhos Municipais de Políticas Públicas, pois neles há, de fato, todo o debate e a tomada de decisão em torno das medidas a serem adotadas pelo setor. Nesses espaços, a sociedade civil pode intervir na implementação de políticas, questionar seu funcionamento e propor alterações e melhorias.

“Os conselhos são importantes porque englobam a diversidade racial e cultural nas políticas públicas.”

Marcelo Kunrath

Os conselhos municipais de outras áreas, como de Direitos da Mulher, da Juventude, do Meio Ambiente, em geral, têm função somente consultiva. Eventual função deliberativa deve estar prevista na lei orgânica de cada município.

Marcelo Kunrath destaca que a participação na Saúde surgiu no processo de construção de um modelo universalista que tratasse a Saúde como direito, não como mercadoria. O movimento sanitário dos anos 1960 lançou as bases dessa ideia cujo resultado é o Sistema Único de Saúde (SUS). O acesso é um direito garantido pela Constituição brasileira. “A ideia é que cada unidade de saúde, cada município, todos os estados e a União tenham seus conselhos a fim de garantir que a saúde seja direito inquestionável do cidadão. Nessa instância são propostas medidas de melhoria permanente do sistema e ações necessárias para determinado período”, considera.

As principais funções dos conselhos municipais são propor diretrizes, fiscalizar e deliberar sobre as políticas públicas. Frequentemente é o

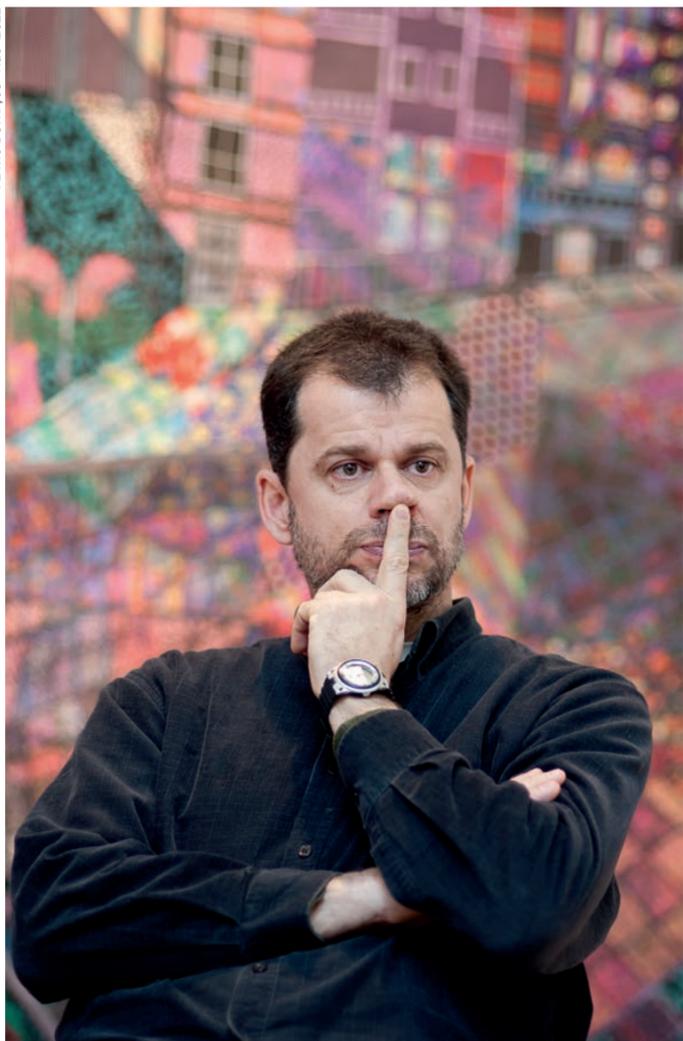
conselho municipal de cada área que aprova uma lei ou ação que o Estado queira tomar sobre determinado tema. Trata-se de uma influência significativa da sociedade civil sobre as iniciativas do poder público, o que seguidamente gera atritos com este, que se vê impedido de implementar determinada medida.

Essas instâncias, quando deliberativas, também têm a função de controle de recursos. Por exemplo, na área da saúde, o conselho municipal da área aprova o orçamento previsto para determinado ano. Além disso, gerencia gastos feitos em determinado programa ou ação específica, como uma vacinação emergencial contra a gripe ou febre amarela.

Expressão do povo – Mecanismos para garantir a participação para além do voto, os conselhos nem sempre são bem conhecidos pela sociedade. “Existe uma grande discussão entre os pesquisadores a respeito do alcance dos conselhos de representação. Será que as pessoas conhecem e têm acesso a eles? Quando se trata de indicar como representante um trabalhador de determinada secretaria, até que ponto o conselheiro participa porque deseja ou porque se sente obrigado? É uma discussão importante a se fazer a respeito da divulgação mais ampla dos conselhos e suas atribuições”, ressalta o professor Marcelo.

O docente destaca que Porto Alegre – durante muito tempo – se tornou visível por conta do Orçamento Participativo (OP), que se espalhou Brasil a fora e se tornou exemplo para diversos países. O OP foi determinante para que moradores da Restinga, extremo sul da cidade, dispusessem de mais linhas de ônibus, e que avenidas como a Manoel Elias, na zona Norte, fossem asfaltadas. A região também ganhou mais unidades de saúde a partir de assembleias e reuniões abertas, em um sistema de participação que rompeu com a lógica clientelista da política.

Conforme o professor Marcelo Kunrath, o momento político se transformou. Quando o OP foi instituído, em 1989, havia uma forte pressão pela participação social na formação de políticas públicas e decisões orçamentárias. Fazia apenas quatro anos que o período de 21 anos de ditadura havia sido desmantelado.



O sociólogo Marcelo Kunrath destaca a importância dos conselhos como forma de democratizar as decisões para evitar que somente poucos tenham esse protagonismo em questões governamentais



FLAVIO DURVA/JU

A merendeira Marilu Britto, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Paraíba, em Porto Alegre, prepara refeições com alimentos provenientes da agricultura familiar e de comunidades tradicionais

Cadeia produtiva e segurança alimentar

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) foi um dos grandes alvos da Medida Provisória 870, publicada em janeiro pelo governo federal, que previa a reorganização de ministérios. Na proposta, o Consea, que presta consultoria direta à presidência da República em relação aos temas de saúde e alimentação, foi excluído da reestruturação governamental. Conforme o decreto, as funções do conselho seriam entregues ao Ministério da Cidadania.

O Consea participou ativamente de discussões de políticas de combate à fome e de direito à alimentação e pela aprovação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além do Plano Safra da Agricultura Familiar e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Essas são algumas das propostas construídas ou apoiadas em debates do órgão e que vieram a se consolidar como políticas públicas.

Outra política importante que derivou de discussões do Consea é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que realiza compras institucionais de alimentos da agricultura familiar e de comunidades tradicionais

para escolas e outros órgãos públicos. Henrique Schuster, coordenador do Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Rio Grande do Sul, sustenta que a preocupação com o tipo de merenda escolar que é servida nas escolas é um exemplo de segurança alimentar. “Queremos saber se os alunos estão se alimentando com comida de verdade, livre de agrotóxicos e transgênicos. Também é uma atenção para a questão do sobrepeso da população brasileira e uma forma de se preocupar com a alimentação dos povos e comunidades tradicionais.”

O diplomata aposentado Milton Rondó, suplente do Consea nacional entre 2003 e 2016, diz que fundamental é se fazer presente e opinar independentemente do esvaziamento dos conselhos. “A gente cai na armadilha de esperar pelos outros. Ou seja, esperar que poucos se reúnam e decidam pelas minorias, mas não pode ser assim. O pessoal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por exemplo, vai se reunir com ou sem governo. É como se faz nas Nações Unidas, não importa ser somente observador. Importante é se manifestar e propor ideias”, sugere.

Merenda escolar - Merendeira há nove anos na rede pública estadual, Marilu Britto adora quando toca a sirene de início do intervalo no turno da manhã da Escola Estadual de Ensino Fundamental Paraíba, situada na zona Sul de Porto Alegre. Em poucos minutos, crianças e adolescentes formam uma fila – desorganizada, mas divertida, é verdade – diante da janela que separa o refeitório da cozinha para receber o lanche. Numa sexta-feira do final de maio, pão com molho de carne e suco integral de uva – este produzido por uma agroindústria de Sertão Santana, a cerca de 80 quilômetros da Capital.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei 11.947/09) tornou mais rígidas as regras para o fornecimento, preparo e armazenamento de alimentos nas escolas. Assim, diariamente as merendeiras coletam amostras de cada alimento com o objetivo de observar a qualidade de todas as refeições. As profissionais também realizam periodicamente cursos promovidos pela Emater ou pela Secretaria Estadual da Educação (Seduc) sobre boas práticas, armazenamento e cuidados com os mantimentos.

A escola oferta merenda completa para seus 1.200 alunos, segundo a diretora Maria de Lurdes Martins de Soares. Alimentos saudáveis e orgânicos são obrigatórios nas prateleiras e nos freezers do refeitório. Na despensa são encontrados pães, biscoitos, sucos e leite produzidos por agroindústrias familiares.

As instituições de ensino básico do estado têm autonomia no processo de aquisição de alimentos, mas a lista com os produtos a serem adquiridos é avaliada anualmente pela Secretaria Estadual de Educação. A proposta é minimizar qualquer problema em termos de qualidade dos insumos e garantir que o fornecimento seja mantido por todo o ano letivo. Em caso de descumprimento do PAA, os estados podem perder os recursos federais repassados para a alimentação escolar. Luciana Petrini, coordenadora da alimentação escolar da secretaria, aponta que esse é um desafio para quase todos os estados. “O Rio Grande do Sul é um dos cinco que está próximo da meta a ser cumprida. Fazemos um trabalho intenso para articular agricultores e cooperativas às escolas”, destaca.

21% das federais possuem uma política cultural



MAQUÊL ISAGO PAVELICH/NCE-SECOM

Gestão cultural Segunda reportagem da série aponta que instituições veem documentos como forma de proteção a projetos, programas e ações ameaçados por falta de verba

Fernanda da Costa

As universidades federais têm vivido, na última década, um movimento de reconhecimento e reorganização de projetos e atividades culturais. Depois da publicação da lei que criou o Plano Nacional de Cultura (PNC), em dezembro de 2010, pelo menos 48% das instituições de ensino superior mantidas pelo governo federal criaram ou estão em fase de criação de normas específicas para a área, conforme um levantamento realizado pelo JU para esta segunda reportagem da série que aborda aspectos da produção cultural. O material pretende servir de subsídio para o debate que está sendo realizado na UFRGS neste ano. Recomendado por especialistas, o desenvolvimento de diretrizes para o setor impactou positivamente as comunidades e as entidades, além de as fortalecer em cenários de cortes como o vivido atualmente.

Em números, isso significa que, das 63 universidades federais listadas no Portal da Transparência nacional, pelo menos 30 possuem ou trabalham para ter uma política cultural que abrace toda a entidade. Dessas, 13 já publicaram as diretrizes, totalizando 21%. Outras 17 instituições estão implementando, ou seja, 27%. Outras 28 – o que significa 44% das universidades – responderam ao JU que não tinham essas políticas. Para este levantamento, foram considerados como políticas culturais apenas os documentos que norteiam a visão das instituições universitárias, sendo a maioria

aprovada por conselhos universitários e publicada em resoluções. Não foram incluídos normas de cultura contidas em Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) ou em documentos do tipo nem regulamentos para a extensão, atividades ou equipamentos artísticos e culturais. Cinco universidades não responderam dentro do prazo – 8% do total.

Visão ampla – Ter uma ideia de cultura que não associe somente a manifestações artísticas é o que prevê o PNC, documento citado em muitas das políticas universitárias para a área. Conforme a lei, “ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética”. Nesse movimento, a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), na política cultural que publicou em 2015, traz uma concepção do conceito “como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos”. Outro exemplo é a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), que publicou sua política cultural no ano passado e incluiu nas diretrizes a “transversalidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em um conceito mais amplo de cultura voltado para a transformação da sociedade”.

Já a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que criou um plano de cultura para o período de agosto de 2018 a julho de 2020, faz questão de pontuar a cultura como um direito. “Embora direitos culturais façam parte dos direitos humanos e já sejam mencionados na Declaração da ONU de 1948,

historicamente esse grupo de direitos foi bastante negligenciado. Em nossa visão, uma universidade pública deve contribuir para garantir os direitos culturais das pessoas, entre os quais: o direito de exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito às liberdades fundamentais dos outros; o direito a usufruir os bens artísticos e culturais; o direito de receber formação artística e cultural; o direito a participar de canais de debate, crítica e reflexão; o direito a poder realizar experimentações e inovações”, afirma o plano.

Registro necessário – Assinalar exatamente o que a universidade pretende em relação à cultura é importantíssimo para o desenvolvimento do setor e a garantia de continuidade das ações, afirmam as instituições. Depois de mapear os projetos e as atividades culturais que existiam na entidade, a Unifesp reconheceu que as ações eram ricas e variadas, mas “não necessariamente articuladas”, além de algumas terem sofrido rupturas. Nesse cenário, o objetivo do plano de cultura é alinhar ações, oferecer-lhes um norte comum e “estabelecer diretrizes de médio ou longo prazo que impeçam permanentes quebras de continuidade”. “Queremos alinhá-las a objetivos gerais e grandes linhas de ação, além de contribuir com os meios para que possam persistir e se multiplicar”, completa o documento da Unifesp.

Por outro lado, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná

(UTFPR), no plano de cultura aprovado em 2017, afirma que “as políticas culturais nas universidades federais possibilitam o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na preservação e disseminação da cultura no país”. Em busca dessas melhorias, a UFRGS está na lista das instituições que trabalham para implementar uma política cultural. Iniciada em abril, uma série de dez conferências deve discutir, até novembro, promoção, produção e circulação da cultura. Os debates têm entre os objetivos fornecer subsídios para a criação de diretrizes na área. Com um Centro Cultural inaugurado em setembro do ano passado, a Universidade também pretende criar uma política que trate a cultura de forma ampla e vá além da promoção de eventos.

Para as universidades, documentar políticas é uma forma de resistência cultural, principalmente diante do cenário de redução no orçamento vivido atualmente. “Esses cortes são muito avassaladores, porque a cultura talvez seja o campo mais frágil. Sabemos que cortes acabam sendo direcionados, em primeira instância, para a cultura e para a extensão”, afirma o diretor de cultura e professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Alexandre José Molina. Por isso, em muitas políticas, além da previsão orçamentária própria para a cultura, há a possibilidade de captação de recursos externos.

Gustavo Ramos, pró-reitor de cultura na Universidade Federal do Cariri (UFCA), revela que

a instituição está fazendo um planejamento para tentar manter as atividades com menor impacto possível. “Mas estamos com passagens cortadas e redução no transporte. Sabemos também que outras ações pontuais estão ameaçadas, como a publicação de jornais e revistas. Às vezes, achamos que publicar online resolve, mas muitos dos entrevistados e leitores são pessoas que não têm acesso à internet”, pontua.

Diversidade – Democratizar o acesso à cultura também é um dos pontos que se repetem em muitas das políticas culturais dessas universidades. A UFTM, por exemplo, definiu como um de seus valores a “acessibilidade cultural e a democratização do acesso à cultura, sem perder de vista populações marginalizadas”. A Unifesp vai além e pontua a diferença entre o que compreende como “democratização” e “democracia da cultura”. “Entendemos que é possível aliar o paradigma da democratização cultural, que vigorou nas políticas públicas do século XX, com o da democracia cultural, que vem se fortalecendo no século XXI. Ou seja, ampliar o acesso dos sujeitos às obras consideradas legítimas e canônicas (democratização cultural) e, ao mesmo tempo, ampliar o número de (novos) produtores de arte e cultura, (novos) formatos e linguagens (democracia cultural)”, informa o documento.

Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira é um dos objetivos do PNC que aparece em diversas



políticas culturais das universidades federais. Para a Ufopa, por exemplo, o conceito é visto como “elemento estruturante da sociedade”. A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que publicou em 2016 sua política para a área, pontua a importância de trabalhar sem preconceitos. Segundo o documento, a instituição visa “proteger e promover a diversidade cultural de forma criteriosa, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e dos valores culturais em todos os territórios, ambientes e contextos populacionais, buscando dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos”.

A Unifesp ressalta que o papel da universidade pública é fomentar e viabilizar também as manifestações culturais com “conteúdos que não são facilmente encontrados no mercado”. Para a UTFPR, que publicou o plano de cultura

em 2017, é quase “impraticável pensar políticas de gestão cultural no Brasil sem ter como foco elementos como negritude, favela, religiosidade popular, regionalismo, identidades transculturais e de gênero”. Uma política de gestão cultural, conforme a instituição, precisa trabalhar para reconhecer os mecanismos de exclusão cultural e de negação que tornaram invisíveis grupos sociais inteiros, como os negros e os indígenas. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na política cultural publicada em 2016, também fala na valorização dos “invisíveis”: “Trata-se de ouvir as vozes dos que, invisíveis ou invisibilizados, discriminados, desconhecidos ou mesmo perseguidos, constituem elementos indispensáveis de uma cultura aberta”.

Cultura local – Quanto aos aspectos regionais, a Ufopa e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) têm pontos de destaque na política cultural e no

plano de cultura, respectivamente. Como um dos princípios, a primeira instituição traz “valores culturais tradicionais amazônicos como parte essencial na formação acadêmica” e, como objetivos, “contribuir para manutenção, reconhecimento e revitalização dos patrimônios cultural, histórico, natural e memorial amazônicos”. Já a segunda afirma que “as práticas culturais vivenciadas por comunidades tradicionais no Oeste baiano ainda são latentes na paisagem e identificam um povo pela diversidade e riqueza de conhecimento”, mas que a sociedade contemporânea tem mascarado essa realidade. Por isso, o plano, criado em 2014, prevê que as leituras sobre essa diversidade sejam valorizadas nas ações universitárias. “São muitos artesanatos, beiradeiros, quebraadeiras de babaçu, agricultores, mestres, que manifestam a cultura no dia a dia e que não possuem a mesma visibilidade de outras manifestações culturais de cunho comercial”, detalha o plano.

Princípio constante no PNC, o respeito aos direitos humanos é outro aspecto comum às políticas de cultura universitárias. Em suas diretrizes, a UFFS diz que “não apoiará ações que estimulem preconceito étnico-racial, discriminação social, violência de gênero ou contra pessoas em situação de vulnerabilidade social”.

Outro exemplo é a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que previa como diretriz do plano de cultura do período de 2018 a 2020 a criação do Espaço Cultural Gênero e Diversidades, em funcionamento desde maio de 2018. A abertura do local faz parte de uma das quatro diretrizes estabelecidas pela instituição no documento, que prevê revitalizar espaços culturais e criar novos. Transformar a UFSC em um centro relevante de produção e experimentação artística, reforçar os cursos de graduação em Artes e fazer a instituição ser um ponto irradiador de arte e cultura são os outros três objetivos.



No site do JU

Confira o mapa interativo e leia os documentos de política cultural enviados à reportagem.



Painel resultante de uma das ações do Projeto Arte Ubana Indígena, na Universidade Federal de Uberlândia

Pioneirismo em Minas Gerais

Dos documentos enviados à reportagem, a política cultural mais antiga é a da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), do interior de Minas Gerais. A instituição publicou o registro em novembro de 2010, um mês antes da lei que criou o Plano Nacional de Cultura (PNC). “Por causa desse documento, pudemos continuar a própria diretoria de cultura, o que foi um ganho. O segundo ganho foi alcançar o reconhecimento da cultura nos processos de formação profissional e continuada de professores e técnicos, que precisam dar conta também da transformação desse cidadão e do desenvolvimento de valores. A cultura amplia essa formação mais humanística e sensível, afastando práticas nocivas, como violência e intolerância”, afirma o diretor de cultura da instituição, Alexandre José Molina.

Ele conta também que as discussões para a criação do documento iniciaram junto aos debates nacionais e conferências de cultura que motivaram o próprio PNC, ainda em 2003. “Por conta desse movimento nacional, a UFU instaurou, em 2009, uma comissão interna, composta por professores, técnicos e estudantes para discutir a criação de uma política própria”, explica. Em 2017, a

universidade iniciou um processo de atualização dessas diretrizes com a criação de uma comissão com pessoas desses três grupos que têm a tarefa de analisar os relatórios de cultura, avaliar o que foi desenvolvido e propor um novo documento que leve em conta a situação atual. “Por ter sido aprovada antes do PNC, nossa atual política acabou deixando alguns pontos de fora”, comenta Molina.

Na revisão das diretrizes, a UFU incluirá, além da visão ampliada de cultura e fomento à diversidade, existentes no documento atual, a necessidade de observar o contexto local da universidade. “Claro que vai contemplar também a comunidade externa, mas vamos garantir que o foco será, primeiramente, o público universitário, pois temos a preocupação de não sobrepor as políticas das secretarias de cultura governamentais”, explica o diretor. Segundo ele, a universidade também observou que ter um recorte amplo trouxe certas dificuldades em termos de desenvolvimento de programas; por isso, o recorte atual será mais atento à singularidade, com ênfase na produção artística. “Entendo que a arte é parte desse conjunto, mas sem tratá-la como sinônimo”, completa.



Encontro de discussão sobre a política cultural da Universidade Federal do Cariri

Cariri aposta em processo democrático

A Universidade Federal do Cariri (UFCA), no Ceará, é uma das únicas universidades do país com uma Pró-reitoria de Cultura, onde o tema não está subordinado a uma Pró-reitoria de Extensão. Conforme o pró-reitor adjunto Gustavo Ramos, a divisão foi criada com base na visão antropológica de cultura da entidade, a partir da qual o conceito deve permear ensino, pesquisa e extensão, indo além do caráter meramente extensionista.

Criada em 2013, no mesmo ano de fundação da universidade, a pró-reitoria começou a discutir a implementação de uma política de cultura na mesma época, com a elaboração de eixos temáticos, atualmente nove. Em 2016 e 2017, foram realizados seminários sobre os temas com especialistas e envolvidos, todos abertos à comunidade. Os debates serviram como base para a elaboração de documento para a política de mais de 100 páginas, disponibilizado para consulta popular neste ano. Qualquer pessoa pode acessar a proposta e sugerir modificações no site <http://bit.ly/politicaculturalcariri>, em um processo democrático que pretende criar uma política comunitária, independente da vontade dos gestores, que inclui também instrumentos de transparência e monitoramento.

Entre os aspectos de destaque no documento está a

abordagem da cultura a partir dos direitos humanos e do combate às opressões. “Sempre olhamos a cultura pela dimensão positiva, mas o que torna uma sociedade machista é fruto da cultura. Então, propomos estratégias diversas, desde fomentar o debate até cursos específicos. Temos, por exemplo, uma disciplina livre de Direitos Humanos, com matrículas abertas a todos os cursos e com cotas para a comunidade, e estamos criando um Comitê de Direitos Humanos”, afirma Ramos. Entre os exemplos práticos dessa abordagem está um projeto em parceria com a Cáritas, entidade católica que milita em áreas como direitos humanos, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. A iniciativa pretende atender aos venezuelanos que chegam à região sem moradia, trabalho e alimentação.

Quanto aos eixos temáticos, o documento da UFCA se diferencia dos recebidos pela reportagem por incluir os temas “Corpo, Culturas do Movimento e Práticas Esportivas” e “Idiomas e Culturas Estrangeiras” dentro do plano de cultura. “Não entendemos o esporte apenas como dimensão competitiva, então incluímos as questões de dança, artes circenses e teatro”, exemplifica o pró-reitor. Em relação ao segundo eixo, a ideia da universidade é oferecer cursos de idiomas por meio das disciplinas livres.

A economia argentina no governo de Mauricio Macri

Carlos Henrique Horn
Luiza Pecis Valenti
Ben-Hur Petry
Leonardo B. Capuano*

A situação política e econômica da Argentina é constantemente noticiada pela mídia brasileira. A proximidade geográfica e a relação histórica entre os dois países fazem com que os acontecimentos na antiga Província do Rio da Prata sejam objeto de permanente interesse entre nós. Neste ano que marca o final do governo de Mauricio Macri, a Argentina atravessa um novo momento de vulnerabilidade econômica cuja extensão não só afeta negativamente suas relações comerciais com o Brasil e os demais países da região, como poderá influenciar o pêndulo político latino-americano.

Mauricio Macri chegou à presidência da República Argentina ao obter 51,3% dos votos válidos contra 48,7% do peronista Daniel Scioli no turno final. Em dezembro de 2015, assumiu a presidência em uma cerimônia que não contou com a presença de sua antecessora, Cristina Kirchner. O acirrado processo eleitoral, o desempenho negativo da economia nos anos precedentes e a composição política no Senado da Nação e na Câmara de Deputados indicavam que o novo presidente enfrentaria os desafios de um país extremamente polarizado, com graves problemas econômicos e ausência de maioria parlamentar.

Passados três anos, o otimismo do então candidato Macri não encontrou guarida

nos resultados do desempenho econômico argentino. O quadro de estagnação da atividade, que se prolongara desde 2012 aos dois primeiros anos do mandato, parece ter dado vez a uma conjuntura de ainda maiores dificuldades. Assim, no último trimestre de 2018, o PIB argentino sofreu uma forte queda de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, completando três trimestres de variação negativa, o que piorou o quadro do desemprego. Ao mesmo tempo, o país voltou a conviver com altas taxas de inflação, fechando o ano de 2018 em patamar superior a 40%, sobretudo devido ao aumento nos preços administrados que, após cortes de subsídios, cresceram em média 71% no ano. No front externo, os déficits comerciais e em transações correntes vêm se repetindo, sendo que o saldo negativo em conta corrente ultrapassou o montante de US\$ 30 bilhões em 2018, e os investimentos externos não recobram os níveis anteriores aos do ano de 2012. Em lugar do prometido “ordenamento macroeconômico”, a Argentina mergulhou na crise.

Em alguma medida, — o que futuras análises ainda deverão esclarecer —, a crise econômica de 2018 associa-se a decisões de política econômica do próprio governo Macri. No primeiro ano do mandato, o governo levou a termo uma negociação com os chamados Fundos Abutres que permitiu ao país captar recursos no mercado internacional de capitais. Assim, depois de se manter estável no patamar de US\$ 150 bilhões durante vários anos, a dívida exter-

na argentina saltou para cerca de US\$ 250 bilhões em 2018, sendo que praticamente a totalidade desse aumento ocorreu em virtude de empréstimos contraídos pelo governo que serviram a um só tempo para financiar os déficits públicos e as transações correntes com o exterior, além de ampliar as reservas internacionais do país.

A maior exposição do governo argentino aos riscos do financiamento em moeda estrangeira veio logo cobrar seu preço no primeiro semestre de 2018, quando, sob um contexto de retomada da alta das taxas de juros norte-americanas, se presenciou um rápido declínio das reservas internacionais e uma forte desvalorização do peso, com evidente impacto sobre as finanças públicas argentinas. Diante da gravidade dos problemas, o acordo com o Fundo Monetário Internacional foi a alternativa escolhida pelo governo para remediar a situação de fragilidade em que adentrou o país.

A forte piora no desempenho da economia evidenciou-se no segundo trimestre de 2018. De forma abrupta, inesperada para o governo e com início no setor externo, a crise argentina parece cumprir os requisitos que a qualificam como uma crise de parada repentina — ou *sudden stop crisis*. O termo, segundo o economista Rudiger Dornbush, origina-se de um ditado de banqueiros que remete a problemas de parada repentina em sistemas econômicos: “It is not speed that kills, it is the sudden stop”. Esse tipo de crise relaciona-se diretamente com uma rápida e representativa reversão no fluxo de capital externo, sendo que os países afeta-

dos apresentam características comuns nos gatilhos para o seu início e nos efeitos sobre a economia nacional. A probabilidade de sua ocorrência, desvelada pela depreciação da moeda nacional e pelo aumento nas taxas de juros, é tanto maior quanto maiores as fragilidades macroeconômicas a que se expõe o país.

Mauricio Macri iniciou seu governo em um cenário polarizado em termos políticos e instável no âmbito econômico. Sua decisão de ampliar o endividamento externo do setor público, no entanto, agravou a fragilidade das finanças governamentais. No momento em que as reservas internacionais declinaram rapidamente e a moeda nacional se desvalorizou, em meio ao aumento das taxas de juros estadunidenses, o governo acabou por colher não o “ordenamento”, mas o declínio na atividade da economia. A vulnerabilidade continuada no desempenho argentino agravou-se ainda mais após as políticas implementadas por Mauricio Macri, e o acordo com o FMI não mitigou, pelo menos em curto prazo, os efeitos da parada repentina. A crise não só poderá afetar diretamente as eleições presidenciais que se sucederão em novembro deste ano, como também a credibilidade do país em um eventual momento de “volta ao mundo”, parafraseando o próprio presidente Macri.

*Pesquisadores do Núcleo de Estudo e Pesquisa dos Países da América do Sul (NEPPAS) da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

FLAVIO DUTRA/JU - JUL-2010



Casa Rosada, sede da presidência da república argentina, em Buenos Aires

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



De volta aos estudos

Sentada no corredor de entrada do Colégio de Aplicação da UFRGS, Zeli Pinheiro da Cruz, de 80 anos, é abraçada por um adolescente que segue para a aula. Transitando com naturalidade pelo prédio, entra no laboratório e bate um papo rápido com a professora que descansava na sala quando chegamos para conhecer o lugar. Ao caminhar pelo pátio, é cumprimentada com afeto e brinca com a professora de Educação Física: “Vieram me entrevistar, tô ficando importante”. Recebe de bate-pronto a resposta: “Tu és importante”.

Quem a vê circulando com tanta desenvoltura e familiaridade entre as pessoas e as instalações do colégio pode pensar que se trata de uma servidora, com décadas de serviços realizados, ou ao menos uma relação de muitos anos com a instituição. Mas a verdade é que Zeli cursa o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) desde o segundo semestre de 2017.

Há dois fatores que explicam como pode se criar em tão pouco tempo um vínculo dessa magnitude com a instituição: o gosto pelo estudo e a retomada de um ciclo interrompido ainda na adolescência. Nascida em 1939 – antes mesmo da fundação do Colégio de Aplicação, que é de 1954 –, Zeli conta que abandonou os estudos aos 14 anos para se dedicar ao trabalho em uma fábrica de espirais repelentes de insetos em sua cidade natal, São Vicente do Sul. “Na época, gostei muito de trabalhar – na semana em que comecei já recebi pagamento. Depois veio o namoro, o casamento – aos 18 anos – e os filhos. Meu pai devia ter me dado uns tapas e me feito voltar pra escola, mas ele era uma pessoa muito boa”, diverte-se.

O prazer em retornar às aulas resgatou a paixão pelo ensino. Hoje ela mostra convicção em afirmar: “Meu lugar é na UFRGS. No fim do ano, devo me formar e não sei como vou viver longe desse colégio. Amo o Aplicação

e os professores. Não gosto de filme nem de novela, não gosto de ficar em casa”. A afinidade é maior com as disciplinas de português e informática, ao passo que os cálculos das aulas de matemática fazem o papel de calcanhar de Aquiles de Zeli. “Venho às 18 horas [uma hora antes do início das aulas do EJA] porque estou muito fraca em matemática. Às vezes tenho reforço com o bolsista e entendo melhor.”

Zeli conta ainda que, mais do que os cálculos, precisa vencer algumas limitações na saúde para acompanhar as aulas. “Tenho asma, o que me impede de ir em algumas saídas de campo. Na verdade meu médico me proibiu de fazer aulas à noite, mas não dou muita bola. Quando está muito frio ou chove, eu fico em casa e depois pego o conteúdo com os colegas para recuperar. Mas, se estou em casa, fico muito inquieta”, afirma.

Além do prazer em frequentar as aulas e criar novas amizades com professores e colegas – muitos deles estiveram na sua festa de aniversário de 80 anos –, cursar o EJA também a aproximou dos bisnetos, que agora recorrem com maior frequência à sabedoria da aposentada: “Eles até me ensinam às vezes. Mas eu estudo sempre pra quando me fizerem uma pergunta eu não dizer: ‘Não sei’. Não gosto de me limitar a isso, quero sempre saber mais um pouco”.

Depois de ter passado tanto tempo afastada das aulas, a relação com os livros e cadernos está mais forte do que nunca e não tem data pra terminar. Para o futuro, os planos são de seguir estudando e incluem ainda a UFRGS. “Depois de me formar, pretendo tentar o vestibular para Pedagogia. Gosto muito de estudar. Enquanto minha cabeça estiver boa, lúcida, vou seguir”, completa Zeli.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Aprender a olhar-se no espelho

Maria José dos Santos Alves costumava apresentar-se como Zezé. Hoje faz questão de se fazer conhecer pelo nome e sobrenome. Ela pondera, citando a antropóloga Lélia González, que “negro tem que ter nome e sobrenome, se não os brancos lhe arranjam um apelido”. Para além de um nome completo, é licenciada em História, mestre em Educação, especialista em tutoria a distância e graduanda de Museologia. Mas até conseguir aceitar e verbalizar quem é, Maria José passou por um longo processo, interno e externo, de aceitação.

Em 1996, ingressou no Ensino Superior, mais tarde que a média dos universitários. Aos 32 anos e com um filho de um ano, iniciou as aulas do curso de Química. “Eu gostava das equações do Ensino Médio, mas vi que não tinha nada a ver com aquilo”, diverte-se ao lembrar a troca pela licenciatura em História em 1998. Alguns anos depois, seria a única aluna negra graduada no curso. Isso ocorreu no segundo semestre de 2005, ou seja, antes de ser implementada a política de cotas na Universidade.

Percebia-se como uma antítese da população da Universidade: brancos de classe média alta, jovens recém-virando adultos com tempo para se dedicar às atividades acadêmicas. “Quando dizia que fazia História, as pessoas me perguntavam em que universidade particular, pois não viam como eu poderia estar numa federal.” Mas, mesmo com diferenças tão evidentes, acredita que não conseguia compreender plenamente o quadro da época, tendo inclusive não participado do movimento que implementou as ações afirmativas na UFRGS. “Tive muita dificuldade de racializar minha vivência nos espaços da UFRGS e entender que as disciplinas só falavam de negros como escravos: nenhum autor negro e nada sobre nossa contemporaneidade.”

A dificuldade em lidar com perfis fora do padrão universitário fica explícita na fala de uma professora que cobrava a leitura de textos em inglês, porque “todo aluno deveria saber inglês para cursar História”. De lá para cá, muita coisa mudou. “Na época, eu saí da aula e não voltei para aquela disciplina. Hoje acho que nenhum professor diria algo assim e, mesmo que pense, os alunos não deixariam. Na aula de Africanidade e Cidadania Brasileira – da Antropologia, que curso de modo extracurricular –, o professor, branco, traz autores negros, e os alunos cobram isso. O problema é que ainda o referencial teórico de negros tem que se buscar autonomamente, porque a universidade quase os invisibiliza. Por isso

são importantes os coletivos, para pressionar para que essas disciplinas não sejam eletivas ou extracurriculares, mas obrigatórias.”

Depois do mestrado, lecionou na rede pública, época em que sentiu um dos desdobramentos mais cruéis do racismo: a internalização do preconceito. “Agora, olhando pra trás, eu vejo que fiz o curso de História em tempo recorde. E no mestrado também, mas sempre me senti em dívida com o conhecimento, me cobrava muito, como se eu nunca fosse suficiente. Tinha muito medo de que me perguntassem algo. Foi a partir das minhas leituras e com apoio da minha psicóloga que consegui me resolver.”

Desde 2015 cursando Museologia, Maria crê que o reflexo da presença negra na universidade vai além das salas de aula. “Fiquei cerca de 15 anos sem ir ao Câmpus do Vale. E, quando voltei, em 2018, notei muito mais jovens negros ocupando aquele espaço. Foi conversando com alguns deles que passei a ler mais autores negros que falam sobre a questão racial.”

Hoje Maria é estagiária no Museu Júlio de Castilhos, o que representa mais um desafio às estatísticas. “A universidade e o mercado de trabalho não são feitos para estudantes ou estagiários mais velhos. Mas eu faço questão de trabalhar porque não faço o curso só por fazer. Aqui no museu estou sob a coordenação da diretora e na área de

reserva técnica, então é um local muito importante.”

Maria José acredita ser impossível comparar-se hoje com quem era há 20 ou 15 anos. “Não digo que faria algo diferente, porque tudo é processo. Mas, se eu voltasse a dar aula hoje, teria dado mais atenção às minhas alunas negras, porque elas precisam entender que infelizmente estamos no patamar mais baixo da sociedade.” Maria acredita que a chave para mudar o cenário é o estudo. “A teoria é de suma importância para a nossa construção, para nos embasar de conhecimento. Porque quando lemos sobre nós, negros e negras, não estamos em estado de suspensão, estamos ali.” Uma dualidade que estará presente como reflexão no TCC que Maria pretende apresentar no fim do próximo ano sobre as narrativas de mulheres negras que trabalham como terceirizadas na universidade. “O discurso branco nos vê como homogêneas, mas não somos, temos várias histórias que têm um atravessamento da subjetividade, embora com pontos em comum pela questão racial. Patrícia Hill Collins cria a metáfora do espelho, que também está voltado para mim, e há o questionamento: até que ponto é outra história, e até que ponto é uma história como a minha”.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU



a voz de Elza

TEXTO ÉDINA ROCHA
FOTOS FLÁVIO DUTRA



Elza diz: “Eu grito e quero eco”. Convicção que a acompanha em seus quase 60 anos de carreira e que transformou sua voz numa das mais eloquentes no país na luta contra o preconceito, a discriminação e o racismo. Em reconhecimento a sua trajetória, a UFRGS concedeu a Elza Soares o título de Doutora Honoris Causa no dia 26 de maio diante de um Salão de Atos lotado. A homenagem marca um momento histórico para a Universidade e para a cultura brasileira, por ser a primeira vez que uma artista mulher e negra, ligada à música popular, recebe tal distinção. Com sua voz – negra, feminina, suingada, rasgada –, Elza representa muitas outras mulheres e homens do país que, mesmo nascidos e vivendo com as marcas de um processo histórico de exclusão e preconceito étnico-racial, resistem, lutam, vencem em suas carreiras e carregam outros em suas conquistas. A cerimônia foi interrompida várias vezes por aplausos e gritos em reconhecimento a Elza, que, muito emocionada ao receber o título, disse: “Não tenho muito que falar porque estou chorando o tempo todo, e só sei dizer obrigada, obrigada, obrigada. Obrigada, meus amores”.

Em www.ufrgs.br/jornal, Elza Soares conta à reportagem do JU sobre sua infância e suas lutas.

ÉDINA ROCHA É JORNALISTA, VICE-SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO DA UFRGS, MESTRE EM MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS PELA UNIVERSIDADE LA SALLE. FLÁVIO DUTRA É JORNALISTA, FOTÓGRAFO DO JORNAL DA UNIVERSIDADE E PROFESSOR DA UNISINOS.